

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A CARNE PLATINA NO CAPITALISMO CENTRAL:

Relações de dependência e participação no mercado e dieta britânicos (1870-1914)

Allejandro Gomes Romero

Porto Alegre

2015

Allejandro Gomes Romero

A CARNE PLATINA NO CAPITALISMO CENTRAL:

Relações de dependência e participação no mercado e dieta britânicos (1870-1914)

Monografia apresentada ao Departamento de  
História da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Licenciado em História

Orientador: Prof. Dr. Mathias Seibel Luce

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Gomes Romero, Alejandro

A CARNE PLATINA NO CAPITALISMO CENTRAL: Relações de dependência e participação no mercado e dieta britânicos (1870-1914) / Alejandro Gomes Romero. -- 2015.

73 f.

Orientador: Mathias Seibel Luce.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. economia argentina. 2. capitalismo dependente. 3. classe trabalhadora. 4. importações britânicas. 5. comércio internacional de carne. I. Seibel Luce, Mathias, orient. II. Título.

Allejandro Gomes Romero

A CARNE PLATINA NO CAPITALISMO CENTRAL:

Relações de dependência e participação no mercado e dieta britânicos (1870-1914)

Monografia apresentada ao Departamento de  
História da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Licenciado em História

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Mathias Seibel Luce (Orientador) – UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sílvia Regina Ferraz Petersen

---

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro

Porto Alegre

2015

## AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho de pesquisa, que simboliza em parte a chegada ao fim de uma importante etapa de minha vida, nos âmbitos profissional e pessoal, não teria sido possível sem o auxílio de um número muito grande de pessoas, que de uma forma ou de outra tiveram importante participação nessa trajetória. Isso acarreta que, sem dúvida, minha memória não permita a menção a todos que a merecem. Ainda assim, listo aqui algumas pessoas queridas e importantes, que não deixam de vir à lembrança nesse momento.

Primeiramente ao conjunto de minha família, em especial a minha mãe, Lisete, meu irmão, Maurício, meu pai, Glauco, e minha companheira de vida, Caroline. O amor, o companheirismo e a experiência ao lado de vocês construíram e continuam a contribuir com meu caráter, meus valores e meu empenho para fazer de minha prática um instrumento de transformação social.

Agradeço profundamente aos amigos de longuíssima data, desde o ensino fundamental, Dariu, Thiago Costa e Stevan. Ainda que não mais tão próximos, os guardo no fundo do coração. Aos grandes amigos, meus vizinhos desde pequeno, Tiago Silva, Douglas, Eliseu, Diego, Alan e Eduardo, com os quais aprendi o melhor da infância e da adolescência jogando futebol na rua até arrancar os “tampões” dos dedos, e jogando videogame com biscoitos e salgadinhos.

Ao conjunto de responsáveis e colegas do curso pré-vestibular do PEAC – Projeto Educacional Alternativa Cidadã –, sem o qual eu seguramente nunca teria acessado o ensino superior, que, no Brasil, ainda possui mecanismos em muito excludentes. Em especial aos colegas Adriano Machado, hoje professor de biologia, e Thais Bueno, importante companheira em uma fase decisiva de minha vida; aos professores José Humberto, Tonhão, Rodrigo Dellani (biólogo, que posteriormente desenvolvemos grande amizade), e Sandro Gonzaga, Cássio Pires e Nathália Cadore, professores de história que em muito contribuíram para o desenvolvimento de minha consciência crítica e meu gosto pela história. A estes meus sinceros agradecimentos.

No curso de licenciatura em história adquiri um grande número de amizades, nas disciplinas, nos corredores, no CHIST – Centro dos Estudantes de História, nas copas FOFA. Em cada café e cada conversa. De lembrança especial, cito-os aqui na ordem mais ou menos precisa em que fui os conhecendo: Cassiano, Marina, Lucas Mick, Lucas Lemos, Marcos,

Mariana Canabarro, Felipe Zmuda, Eduardo, Stella, Vá, Caramês, Capriolli, Marcelo “Foice”, Marcelo Bahlis, Mathias, Antônio “Topo”, Maurício Reali, Lucas La Bella, Aécio, Lourenço e Bruno “Comuna”. Assim como à Ketty e Perla, às quais nos aproximamos por outras vias, que não diretamente o curso de história, e tornaram-se grandes amigas.

Na vida acadêmica, agradeço a atenção e a dedicação dos professores Fernando Nicolazzi, em meus primeiros passos na pesquisa histórica, bem como as valiosas aulas de muitos outros, em especial, professora Sílvia Petersen, que com suas aulas me auxiliou em muito no entendimento sobre várias questões até então nebulosas sobre o fazer história. Agradeço com carinho as aulas e a “chefia” companheira do professor Enrique Padrós durante especialmente meu período como bolsista do Depto. de História, e ao professor Luís Dario Teixeira Ribeiro, pelas orientações e conversas em meu tempo de bolsista na Comgrad. E agradeço também aos amigos e professores com os quais compartilhei valiosas experiências no PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência –, em especial aos excelentes professores da área de ensino de história, Carla Meinerz e Nilton Pereira.

Essa ordem de agradecimentos ainda estende-se, sem sombra de dúvida, ao professor orientador deste trabalho, Mathias Luce e a equipe de pesquisadores e amigos do HEDLA, Núcleo de História Econômica da Dependência Latino-americana, em especial, Alice, Matheus, Rhenan, Luana e Cassiano. Considerem este trabalho como fruto de nossos encontros, conversas e debates.

Com muito carinho agradeço também ao CPH, Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre, local no qual atualmente estagio. Em especial ao companheirismo e as conversas diárias com a melhor “chefe” do mundo, Simone, bem como aos demais estagiários que acabaram por tornarem-se grandíssimos amigos, Alexia, Camila, Roberta e Carlos. Não fosse o apoio destes na reta final, a conclusão desta pesquisa seria muito mais difícil.

Agradeço aos colegas que hoje, assim como eu, compõem o grupo de professores de História do PEAC, e que juntos buscam por meio da educação a emancipação social e o ideal de uma educação pública, popular e de qualidade: Bob, Gamba, Maurício, Liana, Alice, Rafael, Roberta, Mariana, Cassiano, Guilherme, Mathias, Linaia, Livia e Marcelo.

Agradeço ainda a companhia, as trocas, a compreensão, e as lutas ao lado dos e das camaradas da União da Juventude Comunista de Porto Alegre. Conviver na práxis

revolucionária ao lado de vocês tem fortalecido em muito minhas convicções e meu ímpeto por um horizonte mais justo, humanitário e comunista.

Por fim, ressalto mais uma vez o agradecimento especial a minha mãe, que sempre me apontou o rumo dos estudos e me suporta nesses anos todos. Se eu sou o primeiro de minha família a acessar o ensino superior, com certeza devo tudo isso a você.

## RESUMO

Este trabalho analisa, através dos aportes da *Teoria Marxista da Dependência*, as importações inglesas de carne argentina durante a chamada Era Vitoriana e no período que antecede a Primeira Guerra Mundial (1870-1914). Empreende-se também a junção do estudo da conformação histórica da *divisão internacional do trabalho* e das relações de imperialismo e dependência com a forma da inserção da carne estrangeira na dieta da classe trabalhadora britânica e seus desdobramentos para influir no padrão de vida destes. Para tal, além dos conceitos relativos ao *padrão primário-exportador de reprodução do capital* das economias dependentes latino-americanas, pensa-se também sobre processo de passagem para a mais-valia relativa e sua influência no padrão de vida, para a melhor compreensão dos mecanismos e entraves pelo qual essa carne tornou-se alimento da classe trabalhadora do então centro capitalista. No auxílio a estes objetivos são analisados também alguns números do periódico inglês *The Economist* de modo a elucidar o ponto de vista do centro imperialista sobre estes processos.

**Palavras-chave:** economia argentina, capitalismo dependente, classe trabalhadora, importações britânicas, comércio internacional de carne.

## ABSTRACT

This research analyzes, through the contributions of *Marxist Theory of Dependence*, the British imports of Argentine meat during the *Victorian era* and the period before the First World War (1870-1914). It undertakes also the joint study of the historical conformation of the *international division of labor* and relations of imperialism and dependence on the shape of the foreign meat inclusion in the diet of the working class and its developments to influence the standard of living of these. To this end, in addition to the concepts of the *reproductive primary export pattern of the capital* of Latin American dependent economies also think about the process of transition to the relative surplus value and its influence on standard of living, to a better understanding of the mechanisms and obstacles by which this meat has become food of the British working class of the then capitalist center. In helping these goals are also analyzed some issues of English periodical *The Economist* in order to elucidate the point of view of the imperialist center of these processes.

**Keywords:** Argentine economy, dependent capitalism, working class, British imports, international meat trade.



## SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1: História econômica argentina e teoria marxista da dependência.....	17
Capítulo 2: A Carne platina no capitalismo central: participação da carne argentina na dieta dos trabalhadores britânicos.....	36
Considerações finais.....	65
Bibliografia.....	68

## INTRODUÇÃO

No centro da tumultuada cidade de Londres, na noite de 28 de setembro de 1864<sup>1</sup>, um grande número de representantes sindicais ingleses recebiam lideranças trabalhistas de algumas outras regiões importantes da Europa, a fim de debater e fomentar uma organização e colaboração internacional das classes trabalhadoras europeias. Nesta reunião inicial, realizada no salão do St. Martin's Hall, diversas tendências políticas eram verificáveis: sindicalistas ingleses, mutualistas franceses, democratas e comunistas, entre muitos outros. Pelo mundo, a essa época, o ideal de civilização eurocêntrico era propagandeado tendo a Inglaterra como grande exemplo maior de desenvolvimento; e isso se refletira nos discursos políticos, nos planos econômicos e nas obras intelectuais que tomavam o desenvolvimento capitalista britânico como referência e destino às outras nações, antigas e novas, na corrida pelo progresso. Esse era o discurso hegemônico, mas não teve espaço no St. Martin's Hall naquela noite. Problemas mais na ordem do dia tomavam a preocupação dos reunidos neste local.

Entre os comunistas, um dos que já possuía grande prestígio neste restrito círculo era Karl Marx, contudo, na reunião de fundação, este permanecera calado e quase despercebido. A pouca expressão de Marx nesse momento inicial logo deu lugar a um papel de fundamental importância na organização do que seria a primeira associação internacional dos trabalhadores, a I Internacional. Marx tornou-se, nas palavras de Marcello Musto, “o cérebro da AIT<sup>2</sup>”, e tal consideração manifestou-se concretamente cerca de um mês após a reunião inicial, quando da publicação da mensagem inaugural da associação, já escrita inteiramente por ele. Embora panfletário, o texto inaugural possui reflexões e exposições valiosas acerca das condições de vida das classes trabalhadoras, inglesa e mundial, revelando os grandes problemas que historicamente pesavam sobre eles. Nesta carta<sup>3</sup> endereçada aos trabalhadores, a consideração inicial de Marx demonstra o quanto o desenvolvimento do capitalismo no século XIX, após o conturbado período da onda revolucionária de 1848, não havia se

---

<sup>1</sup> Em pleno período da chamada *Era Vitoriana* na Inglaterra, conhecido como um momento de grande expansão da economia e do poderio inglês, como líder do comércio mundial e com o Imperialismo mais forte dentre os que rivalizavam na segunda metade do século XIX. O ano de 1864 corresponde ainda ao mesmo período da chamada *Segunda Revolução Industrial* que mais uma vez revolucionava em termos tecnológicos (com o petróleo, o aço, o vapor, etc.) e em termos de desenvolvimento capitalista a estrutura das forças produtivas.

<sup>2</sup> MUSTO, M. *Trabalhadores: Uni-vos! Antologia política da I internacional*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2014, p.93, nota de rodapé.

<sup>3</sup> A Carta teria sido escrita entre os dias 21 e 27 de outubro de 1864, e aprovada pelo Conselho Geral em sua reunião de 1º de novembro. Cf. MUSTO, M. *Ibidem*, p. 93.

traduzido, até o momento, em uma melhora das condições de vida da classe trabalhadora: “É um fato notável que a miséria das massas trabalhadoras não tenha diminuído de 1848 a 1864, não obstante ter sido este um período sem igual para o desenvolvimento da indústria e comércio<sup>4</sup>”. Pelo contrário, conforme texto da carta, o desenvolvimento dos capitalistas, no caso da Inglaterra<sup>5</sup>, acompanhou um desenvolvimento das estratégias de exploração do trabalhador, e uma preocupação maior em se determinar as condições mínimas que estes necessitavam para sobreviver trabalhando. Nas palavras de Marx, “a Câmara dos Lordes enviou aos distritos fabris um médico encarregado de investigar qual a quantidade mínima de carbono e nitrogênio que deveria ser adicionada à dieta dos trabalhadores, da maneira mais econômica e simples<sup>6</sup>”. E valendo-se deste relatório, elaborado pelo mesmo médico, Marx demonstra como, para além da pobreza destes trabalhadores, pode-se também acrescentar que “de fato, o trabalho recompensado por uma escassa ração de alimentação é, em sua maior parte, excessivamente prolongado”. Feitas essas exposições sobre o cenário inglês, Marx justifica que “Se aqui nos demoramos tanto nesses fatos ‘tão impressionantes que chegam a ser quase inacreditáveis’, é porque a Inglaterra lidera a Europa do comércio e da indústria” e “Na verdade, alterando-se as cores locais – e numa escala um pouco reduzida – os fatos ingleses se reproduzem em todos os países industriais e progressivos do continente europeu<sup>7</sup>”.

Em suma, ao contrário de uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o crescimento econômico teria representado muito mais uma racionalidade assustadora empenhada em estabelecer o mínimo pagamento possível e que cuja produção cresce baseada tanto no desenvolvimento tecnológico e do comércio como, principalmente, pela extensão das jornadas de trabalho, até os limites possíveis. E essa seria uma realidade passível de ser

---

<sup>4</sup> MARX, K. *Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*. In: MUSTO, Marcello, idem.

<sup>5</sup> Durante a pesquisa, a bibliografia estudada costuma ora a se referir a processos ocorridos fundamentalmente na Inglaterra, ora na ilha da Grã-Bretanha como um todo. Para manter alguma correção buscamos sempre manter a definição apresentada pelos autores, embora em alguns casos autores refiram-se textualmente à Grã-Bretanha e apresentem em seguida algum dado estatístico especificamente sobre a Inglaterra, por exemplo, causando alguma imprecisão. Sobre a classe trabalhadora, optamos por mencionar sempre como britânica, uma vez que tenta abranger essa possível não clareza da fonte e das bibliografias sobre estar se tratando de aspectos de gente da ilha como um todo, ou apenas ingleses. Thompson estudou a classe trabalhadora inglesa, já Hobsbawm com frequência fala em britânicos utilizando dados de País de Gales e Escócia conjuntamente. Os textos sobre história econômica argentina, em algumas vezes trocam os termos Inglaterra e Grã-Bretanha de forma indiscriminada, nesse caso buscamos a adequação conforme expresso pelo autor.

<sup>6</sup> Ibidem, p.94.

<sup>7</sup> Idem.

estendida às demais nações, cujo imperativo de desenvolvimento capitalista os colocava na mesma rota que a Inglaterra.

De fato, a vida dos trabalhadores no resto dos centros imperialistas não andava muito melhor. Para além destes centros, as condições de vida dos trabalhadores das economias dependentes pelo mundo, como na América Latina, eram um caso a parte. No Brasil, por exemplo, com as leis proibidoras do tráfico, o sistema escravista agonizava, ao passo em que chegavam os primeiros imigrantes europeus e se deparavam com péssimas condições de trabalho e senhores que sempre estiveram acostumados a lidar com trabalhadores de forma desrespeitosa e ostensiva, nas primeiras formas de contrato de *parceria* com latifundiários brasileiros. Já na Argentina, Buenos Aires vivenciava um intenso crescimento urbano, como centro por onde escoava a quase totalidade das mercadorias do país destinadas ao exterior. Esse crescimento era acompanhado do cada vez maior uso de uma mão-de-obra assalariada argentina e imigrante, que supria uma dita escassez de mão-de-obra no país.

A condição de vida destes trabalhadores pelo mundo, nos centros imperialistas e nas periferias, não se alteraria significativamente em termos gerais se compararmos com o fim do século XIX, contudo, no caso britânico, embora a maioria ainda vivesse na linha da pobreza, pode-se verificar uma relativa melhoria nas questões mais básicas como alimentação e vestuário. A classe operária na Inglaterra foi muito estudada por diversos historiadores da chamada História Econômica e Social, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, e em grande parte pelos marxistas britânicos como Edward Palmer Thompson e Eric Hobsbawm no debate sobre o padrão de vida da classe trabalhadora, onde trataram de traçar as características dos momentos iniciais do proletariado inglês, como tal. Segundo Hobsbawm, a última década dos oitocentos e a primeira do século seguinte correspondem a uma transformação dos hábitos alimentares, com o crescimento da oferta de alimentos para os pobres e de um mercado de bens de consumo para as classes mais baixas, além do desenvolvimento de um ramo de lojas voltado para a venda de roupas especificamente destinadas à classe trabalhadora, concluindo que, de um modo geral, a vida melhorou para a maior parte dos britânicos e verificam-se salários com um potencial de compra moderadamente maior<sup>8</sup>. O estadunidense John P.

---

<sup>8</sup> A essas transformações, Hobsbawm acrescenta também um mercado de bens duráveis a que os trabalhadores teriam mais fácil acesso como o setor de máquinas de costura e de bicicletas. É necessário alertar, entretanto, que essas melhorias estavam longe de delinear um cenário tranquilo para uma classe trabalhadora, cujos dois terços em algum momento da vida aderiam à mendicância. Ou ainda, como concluiu Hobsbawm: “A Grã-Bretanha era um país habitado por uma massa estoica de pessoas destinadas a passar a vida numa situação de subsistência mínima e incerta, até que a velhice as atirasse ao montouro da Lei dos pobres, subalimentadas, mal abrigadas e

Huttman também destacou que no período entre 1875 e 1900 houve uma considerável queda no preço dos alimentos.

Entre a mensagem inaugural da Primeira Internacional, de 1864, escrita por Karl Marx, e os estudos sobre a classe operária inglesa empreendidos pelos historiadores econômicos e sociais de um século depois, certamente poderíamos questionar as diferenças em relação aos métodos investigativos e todos os avanços no campo da estatística e da demografia, entre outros, que marcaram a história social das décadas de 1960 e 1970. Contudo, o que pretendemos ressaltar com essa comparação é que, se para Marx a década de 60 do século XIX chegava sem melhoria alguma nas condições da classe trabalhadora – pelo contrário, definhava cada vez mais as condições mínimas de subsistência desta<sup>9</sup> –, na década final deste mesmo século percebe-se alguma melhoria, que é representada principalmente por uma oferta maior de alimentos a preços mais acessíveis.

Sabemos que o desenvolvimento industrial na Inglaterra acarretou uma impulsão da economia urbana em detrimento da agricultura e da produção de alimentos, e na mesma medida em que a indústria crescia (e a população também cresceu muito neste período – em torno de 40 %) aumentava a demanda por alimentos. As Leis do Trigo e algumas baixas nos preços de alimentos como a batata, grãos e cereais levaram muitos fazendeiros britânicos a reagir diminuindo suas áreas de plantio, o que fez com que, segundo Huttman, durante a segunda metade do século XIX menos de 50% dos alimentos desse tipo consumidos na

---

mal vestidas. Pelo padrão de 1965, ou mesmo de 1939, mal começara ainda a ascensão da classe trabalhadora para um nível modesto”. HOBBSAWM, E. *Da Revolução Industrial ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 153.

<sup>9</sup> As pesquisas posteriores a Marx apontaram, em geral, para a mesma direção de estagnação dos salários e do poder de compra, pelo menos no que se refere ao período que vai até o segundo terço do século XIX. Na década de 60 do século XX, Edward Palmer Thompson em seus estudos sobre a classe operária inglesa reuniu uma grande base de dados para afirmar que entre os principais itens da dieta popular, como o trigo, a carne e a batata, houve declínio mais ou menos constante desde o final do século XVIII até a quarta década do século XIX. Ainda assim, a avaliação de Thompson virá a se diferenciar e fomentar o debate, ao trazer à tona o conceito de padrão de vida pensado de forma a incluir a qualidade de vida. Thompson afirmará que é possível que tenha havido, no campo das condições materiais, alguma melhoria em relação ao final do século XVIII, mas isso não impede que, em geral, para a população, o processo parecesse de maior exploração e piores condições de vida. Já Eric Hobsbawm, em 1964, apontou que não há evidência alguma significativa e confiável de aumento no consumo *per capita* entre os trabalhadores de todos os principais gêneros alimentícios no período entre 1790 e 1850. Entre estas pesquisas, podemos citar ainda o recente levantamento e análise de dados publicado por Thomas Piketty, em *O Capital no Século XXI*, onde este também verifica que: “Dos anos 1800-1810 aos anos 1850-1860, os salários dos operários estagnaram em níveis muito baixos – próximos ou mesmo inferiores aos do século XVIII e aos dos séculos anteriores. Essa longa fase de estagnação salarial, observada tanto no Reino Unido quanto na França, é ainda mais impressionante quando se leva em conta que o crescimento econômico se acelerou nesse período” PIKETTY, T. *O Capital no século XXI*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 15.

Inglaterra fossem de procedência nacional<sup>10</sup>. Essa tendência de valorização da indústria e de imperativo de importações de alimentos também é verificada em algumas outras economias do centro imperialista, como é o caso da França e da Alemanha, por exemplo, e constitui uma das características fundamentais da conhecida *divisão internacional do trabalho* que começa a se consolidar neste século.

Entre esses gêneros alimentícios importados de outros países europeus, dos Estados Unidos, das colônias e das economias dependentes, é de destaque a participação da carne na dieta dos ingleses; e este alimento será especialmente estudado neste trabalho no que tange à sua participação no grupo dos bens de consumo básicos da classe trabalhadora. Além disso, um dos principais países responsáveis pela exportação de carne para o centro imperialista é a Argentina, juntamente com os Estados Unidos e as colônias britânicas. Este trabalho pretende então, analisar a participação da carne platina na dieta do proletariado inglês, e em que medida, esse comércio internacional da carne conformou a Argentina como uma das economias do capitalismo dependente latino-americano.

Essa análise feita aqui do papel da carne platina neste processo dentro do comércio mundial com a Inglaterra baseia-se na teoria fundamentada por Ruy Mauro Marini, em 1973, desenvolvida por este e outros pensadores, e que ficou conhecida como *Teoria Marxista da Dependência*, dialogando com diferentes níveis de abstração e concreticidade possibilitados pela reflexão em história econômica, afinal, como bem observou Marx, “na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração deve substituir-se a ambos<sup>11</sup>”. Com isso em mente, pretende-se também observar a inserção dessa carne como elemento da passagem da mais-valia absoluta para a relativa no capitalismo inglês e como ela afetou os trabalhadores deste centro imperialista<sup>12</sup>, e os indícios de resistência por parte de determinados campos sociais. Por fim, este trabalho

---

<sup>10</sup>HUTTMAN, J. *Meat Imports in the Free-trade Era*. Agricultural History, Vol. 52, Nº 2, 1978, p. 249. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3742922> (Acesso em 25/07/2014).

<sup>11</sup> MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014, p. 78.

<sup>12</sup> Tomamos aqui a Inglaterra como integrante, senão como principal agente entre os Estados-Nações promotores da fase imperialista do capitalismo mundial. Essa integração entre as análises da carne platina e da economia britânica está baseada em uma fundamentação muito importante da Teoria Marxista da Dependência que busca entender essas relações não como um fator externo às economias latino-americanas e sim tomar seu desenvolvimento como “um fenômeno histórico mundial; como resultado da formação, expansão e consolidação do sistema capitalista. Tal perspectiva implica a necessidade de integrar, em uma só história, a perspectiva da expansão capitalista nos países hoje desenvolvidos [1978] e seus resultados nos países por ele afetados. Porém não se trata de tomar estes resultados como simples “efeitos” do desenvolvimento capitalista, senão como sua parte integrante e determinante” (tradução minha) SANTOS, T. *Imperialismo y Dependência*. Guarenas: Fundação Biblioteca Ayacucho, 2011, p. 356, 357.

ainda tem a pretensão de traçar alguns comentários acerca do discurso britânico sobre essas importações, sobre o papel das economias dependentes, e sobre as relações econômicas entre Argentina e Inglaterra, uma vez que o pensamento hegemônico também atuou como uma das determinações que conformaram a condição de dependência dos países latino-americanos.

Com a ciência da dificuldade de dar conta da amplitude de temas abordados nessa pesquisa, bem como do recorte temporal e as eventuais insuficiências que isso possa acarretar, acreditamos na necessidade de lançar um esboço inicial de interpretação do desenvolvimento econômico das relações de dependência aqui expostas através de uma perspectiva integrada, dada a atividade unificadora da lógica do capital. Dessa forma, busca-se uma interpretação que una a pesquisa em história econômica internacional, com o aporte da teoria marxista da dependência<sup>13</sup>, à história social<sup>14</sup>.

O recorte temporal empreendido aqui tem como início a década de 1870, com a introdução das técnicas de congelamento da carne que permitiram seu transporte ultramarino por grandes distâncias, e como fim o ano de 1914, simbólico pelo começo da Primeira Guerra Mundial e significativo por estar inserido em uma década de profundas transformações industrializantes na Argentina. Com a documentação do *The Economist* utilizada, o recorte é um pouco mais restrito, abrangendo a análise de matérias publicadas entre 1874 e 1913.

Embora os princípios de suas formulações teóricas remetam a década de 1970, diversos fatores históricos fizeram com que a TMD perpassasse as últimas décadas quase desconhecida nos círculos acadêmicos brasileiros. No que se refere à história econômica argentina, essa ausência também é sentida, uma vez que, embora exista uma vasta bibliografia propositiva de interpretações (principalmente no que se refere ao período das grandes exportações de carne e trigo e de grande crescimento econômico, entre 1870 e 1914), inclusive por muitos autores marxistas, a TMD ainda não figura como uma alternativa teórica estabelecida na historiografia da Argentina. Esperamos assim, com esse trabalho, contribuir também nesse sentido.

---

<sup>13</sup> Doravante designada pela sigla TMD.

<sup>14</sup> Posicionamo-nos aqui com o entendimento de história social tal como expresso por Eric Hobsbawm e grande parte da historiografia marxista, principalmente da segunda metade do século XX, onde podemos pensar que “apesar da inseparabilidade essencial do econômico e do social nas sociedades humanas, a base analítica de uma investigação histórica da evolução de uma dada sociedade humana deve ser o processo de produção social”. Portanto, não entendida como mais uma especialização, uma vez que seu tema não pode ser isolado, e sim compreendendo história social como história da sociedade. HOBBSAWM, E. *Da história social à história da sociedade*. In: *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp.106-135.

Este trabalho de conclusão de curso é resultado de dois anos de pesquisa de iniciação científica com orientação do professor Mathias Seibel Luce e junto ao HEDLA, Núcleo de História Econômica da Dependência Latino-americana. É preciso pontuar que este trabalho, portanto, integra a agenda de pesquisa do HEDLA que compreende a *História dos Padrões de Reprodução do Capital na América Latina, de 1870 aos nossos dias*. Percursos da investigação e resultados parciais foram apresentados em dois salões de iniciação científica, em 2014 e 2015.

No primeiro capítulo é realizado um levantamento crítico dos principais trabalhos que trataram de estudar a história econômica argentina no que diz respeito a sua integração ao mercado mundial. Dentro disso, o principal enfoque está na problematização em relação aos critérios de periodização histórica utilizados pelos autores, e suas justificativas teórico-metodológicas para tal. Ainda nesse capítulo, busca-se expor como as contribuições dos aportes teóricos da TMD ainda estão ausentes das principais linhas de interpretação sobre os sentidos do desenvolvimento do capitalismo neste país, e como poderiam fornecer categorias de análise úteis para tal empresa.

No segundo capítulo, mais extenso, é empreendida uma análise mais ampla do processo de integração da Argentina ao capitalismo central, entre a segunda metade do século XIX e Primeira Guerra Mundial. Em seguida é apresentado um exercício de reflexão sobre o papel da carne argentina e dos alimentos importados para a passagem da mais-valia absoluta para a relativa na Inglaterra, bem como a influência que estes produtos tiveram no padrão de vida da classe trabalhadora inglesa. E por fim são apresentados alguns apontamentos da pesquisa com fontes primárias oriundas do jornal inglês *The Economist*, orientados principalmente pela problemática de como a ideologia liberal no centro capitalista encarou esse processo de introdução da carne argentina, e as relações econômicas entre Argentina e Inglaterra, dentro de seus papéis na Divisão Internacional do Trabalho.



## 1. HISTÓRIA ECONÔMICA ARGENTINA E TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Em 1997, a obra *Domínios da História*<sup>15</sup>, organizada pelos historiadores Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas teve grande repercussão no meio acadêmico brasileiro da disciplina de História por apresentar uma coletânea de textos de importantes pesquisadores que apresentavam um panorama do desenvolvimento atual dos diferentes campos e vertentes historiográficas. Nessa obra estavam reunidas algumas das principais novas tendências da história e buscava-se realizar uma espécie de levantamento em relação a isso. Se considerarmos que a história das sociedades deve voltar-se a análise de uma totalidade<sup>16</sup> articulada, o desenvolvimento de novos campos de pesquisa que possibilitem esse estudo a partir de outros problemas histórico-sociais só vem a enriquecer o conhecimento histórico. No entanto, o diagnóstico de João Fragoso e Manolo Florentino<sup>17</sup> no primeiro capítulo da obra revela que um importante campo da história vinha sofrendo de uma crônica decadência nas últimas décadas: a história econômica.

Essa queda de popularidade da história econômica tem muitas possíveis causas que foram trabalhadas nesse texto, mas é importante assinalar aqui que não se trata de um

---

<sup>15</sup> CARDOSO, C; VAINFAS, R. (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>16</sup> Entendemos aqui o conceito de *totalidade* não como um somatório de todos os elementos da realidade, e sim, em seu sentido marxiano, como um todo articulado por relações históricas e sociais, não realizando recortes da realidade sem levar em conta que o objeto de pesquisa, seja qual for, está inserido em conjunto social, sendo síntese de múltiplas determinações. Consideramos essa perspectiva indispensável uma vez que, como afirmou Georg Lukács “somente nesse contexto, que integra os diferentes fatos da vida social (enquanto elementos do desenvolvimento histórico) numa *totalidade*, é que o conhecimento dos fatos se torna possível enquanto conhecimento da realidade” e a isso, podemos acrescentar, conforme Karel Kosik que “na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer pode ser racionalmente compreendido”. LUKÁCS, G. *O que é o marxismo ortodoxo?* In: História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p.76 e KOSIK, K. *Dialética da Totalidade Concreta* In: Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 44.

<sup>17</sup> Utilizamos aqui este par de autores tanto mais por suas considerações gerais sobre o panorama da história econômica durante o período próximo à virada para o século XXI, do que por afinidade teórica com suas concepções de história, e mais propriamente de história econômica e social. Ainda que os reconhecendo como grandes pesquisadores e de renome, consideramos incoerentes e desleais muitas de suas colocações, principalmente no que se refere às suas leituras superficiais da produção de Caio Padro Jr. e de diversos autores posteriores considerados dentro de uma mesma generalização como “pradistas”. Em entrevista a *Isto É*, por exemplo, em 2008, Fragoso afirmava proposições pouco reflexivas, de uma perspectiva científica e acadêmica, ao afirmar que o marxismo seria uma corrente de pensamento onde as pessoas seriam “robôs ou zumbis de grandes estruturas”, e onde “seu papel de agência teria sido sempre negligenciado em prol de uma visão estruturalista e evolucionista”. Tais considerações nem carecem de resposta aqui, dadas suas apresentações em baixo nível de argumentação. Para mais sobre esse debate ver: FRAGOSO, J. L.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; e, principalmente a resposta crítica do professor Rodrigo Alves Teixeira, *Capital e Colonização: A Constituição da Periferia do Sistema Capitalista Mundial*. São Paulo: Estudos Econômicos, vol. 36, n.3, jul-set, 2006, pp. 539-591.

fenômeno isolado brasileiro e sim, de uma tendência geral de decréscimo no número de trabalhos que se ocupam do tema no mundo. E mais sintomático ainda desse processo é o fato de que na continuação dessa obra, quinze anos depois, intitulada *Novos Domínios da História*, de 2012, sequer conste a “velha” história econômica. Outro exemplo do esmaecer desse campo de conhecimento está na coletânea *Nova História em Perspectiva*<sup>18</sup>, organizada no Brasil pelos historiadores Fernando Novais e Rogério Silva, para tratar das principais transformações e desdobramentos da historiografia impactada pela francesa revista dos *Annales*, onde a história econômica surge mais como um espectro do passado do que como um campo que ainda requer muitos esforços de estudo e análise. Isso não significa, entretanto, uma real decadência generalizada dos estudos sobre a realidade econômica das sociedades, sendo antes uma recusa específica da disciplina histórica em tratar de tal tema. Na verdade, os trabalhos nessa área têm sido desenvolvidos nas últimas décadas em grande parte pela Economia, Relações Internacionais, Ciência Política entre outras.

No caso latino-americano, essa produção realizou muitos avanços no conhecimento das realidades socioeconômicas dentro das formações específicas nacionais e regionais, contudo não podemos verificar nesse mesmo íterim uma grande produção significativa de trabalhos que busquem interpretar a condição da América Latina sob a égide do capitalismo em termos de estudos generalizantes e comparativos, salvo alguns trabalhos de valor e esforço de análise inestimáveis<sup>19</sup>. O amplo prevalecer de trabalhos que analisam formações nacionais dentro de recortes geográficos e temporais menores permitiu muitos avanços no conhecimento acerca do(s) desenvolvimento(s) econômico(s) dentro da América Latina, e colocaram em xeque a empresa de possíveis generalizações que viessem a, mais do que conhecer melhor o objeto, impor vieses simplificadores e que nublam as especificidades e particularidades das diferentes situações histórico-sociais na América Latina.

Todavia, possuem a contrapartida de corroborar com o senso comum, onde as aparências e os primeiros olhares sobre essa diversidade fazem com que, como nas palavras

---

<sup>18</sup> NOVAIS, F; SILVA, R. (orgs.) *Nova História em perspectiva: propostas e desdobramentos* (vol.1). São Paulo: Cosac Naif, 2011. e NOVAIS, F; SILVA, R. (orgs.) *Nova História em perspectiva: debates* (vol.2). São Paulo: Cosac Naif, 2013.

<sup>19</sup> Para citar alguns dos trabalhos mais significativos nesse sentido: *História Econômica da América Latina*, de Ciro F. Cardoso e Héctor Brignoli, de 1979, *Cambridge History of Latin American*, traduzida para o português em 1997, *La historia económica de América Latina desde la Independência*, de Victor Bulmer-Thomas, em 1994, *Progreso, pobreza e exclusão: uma história econômica da América Latina no século XX*, coordenado por Rosemary Thorp, acompanhado por três volumes complementares compilados juntamente a Enrique Cárdenas e José Antonio Ocampo, sendo de destaque aqui: *La era de las exportaciones latino-americanas: de fines del siglo XIX a principios del XX*, e *Industrialización y Estado na América Latina: la leyenda negra del pós-guerra*, ambos de 2003.

de Túlio Halperin Donghi em 1974, “para a América Latina em seu conjunto, o plural parece se impor, contra o uso gramatical, para refletir contrastes desconcertantes até mesmo em países relativamente pequenos, como o Equador ou a Guatemala<sup>20</sup>”, sendo que, contudo, o mesmo historiador nos confronta com a pergunta: “existem tantas Américas Latinas quantos são os Estados nascidos da fragmentação pós-revolucionária? É uma solução que tem a vantagem da facilidade; muitos manuais a preferem e, assim, alinham diligentemente uma vintena de histórias paralelas”.

O debate sobre a síntese dos processos históricos latino-americanos serem plurais com algumas semelhanças, ou caracterizarem um uno dotado de contrastes foi muito produtivo e incorpora diferentes interpretações. Não entrando nas especificidades desse debate, buscamos afirmar aqui que compreendemos a necessidade ainda contemporânea de se pensar uma agenda latino-americana<sup>21</sup> que formule estudos que colaborem com o entendimento da totalidade social da América Latina, como um todo articulado, condicionado a uma mesma experiência e realidade, buscando o estudo concreto de sua evolução histórica, bem como das condições de exploração econômica a que fomos submetidos e outros temas de especial atenção, levando em conta as especificidades das diferentes formações econômico-sociais<sup>22</sup> nela circunscritos. Não considerada dessa forma, a história econômica latino-americana pode cair em dois erros, de certa maneira frequentes, que são a tomada de fatores tão somente externos para o estudo de seu desenvolvimento, e as análises que enxergam as diferentes formações econômicas simplesmente por suas determinações internas como isoladas de um todo capitalista articulado por relações de dependência e imperialismos.

No que se refere à historiografia econômica argentina, em suas interpretações acerca do período de integração à economia mundial, nos parece relevante tratar aqui dos principais trabalhos que se debruçaram sobre o tema. Trata-se de uma grande produção, de modo que

---

<sup>20</sup> DONGHI, T. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1974, pp.7-9.

<sup>21</sup> Realizamos aqui essa afirmação principalmente com base nas necessidades e aportes expostos por Mathias Luce por uma história econômica da dependência latino-americana. Ver: LUCE, Mathias Seibel. *História Econômica da Dependência Latino-Americana: o aporte da Teoria Marxista da Dependência*. In: V Jornadas de Historia Económica - Asociación Uruguaya de Historia Económica, 2011, Montevideo.

<sup>22</sup> Entendemos aqui o conceito de *formação econômico-social* como o oferecido pelo aporte teórico marxista no sentido de nos remeter “à constituição do capitalismo em unidades político-econômicas e territoriais limitadas. Essas unidades expressam uma contradição do capitalismo como processo histórico: uma vocação planetária que, no entanto, foi levada a cabo tendo de se estabelecer em Estados nacionais [...] A formação econômico-social deve considerar as relações econômico-políticas existentes nessas unidades e nos agrupamentos humanos que tais relações constituem, assim como os processos que o capital teve e tem de levar a cabo para estabelecer sua ordem, as soluções alcançadas e os conflitos abertos”. OSÓRIO, J. *Padrão de Reprodução do Capital: uma proposta teórica*. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012, p 40.

aqui apenas esboçaremos alguns dos principais autores que ofereceram perspectivas teóricas diferentes para tratar desse problema de pesquisa.

Além da já citada obra clássica de Cardoso e Brignoli, as obras de autores ligados à CEPAL<sup>23</sup> (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) constituem um bom ponto de partida para analisarmos os estudos econômicos latino-americanos de relevância<sup>24</sup> para pensarmos o caso argentino. São de destaque os estudos de Raúl Prebisch, *A dinâmica do desenvolvimento latino-americano*, de 1963<sup>25</sup>, e de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, de 1959<sup>26</sup>, e *Subdesenvolvimento na América Latina*, de 1963<sup>27</sup>. O primeiro formulou a excelente contribuição dos estudos sobre a *deterioração dos termos de troca*, ao pensar o processo de integração das economias latino-americanas, e o de desvalorização dos produtos primários em relação aos produtos industrializados aliado a homogeneização dos padrões dos termos de troca no que se refere ao valor das moedas pautadas pelo preço do ouro. Já Furtado, apesar de seu principal trabalho dedicar-se a história econômica do Brasil, possui grande valor para a interpretação da economia argentina na medida em que influenciou muitos autores que escreveram sobre o desenvolvimento deste país. Sua metodologia de periodização da história econômica por ciclos, destacando as mercadorias que exerceram o papel de “carro-chefe” da economia nacional em cada período, teve certa influência em obras como a de Aldo Ferrer, também cepalino, e de Salvador Treber. Ademais, na obra *Subdesenvolvimento na América Latina*, Furtado apresenta em perspectiva comparada a evolução econômica de Brasil e Argentina para o período da segunda metade do século XIX, destacando em relação ao segundo país as condições que permitiram uma elevada produtividade no período, baseada na expansão da economia de exportação em um “país vazio” (para fazer referência a sua baixa densidade populacional), que permitira o rápido desenvolvimento de um mercado interno e com alto potencial de consumo para bens

---

<sup>23</sup> Criada em 1948 pela ONU (Organização das Nações Unidas), é uma das cinco comissões a nível mundial responsáveis por planejamento econômico e desenvolvimento ligados a esta instituição. Ficou conhecida por desenvolver durante a segunda metade do século XX sua concepção desenvolvimentista das medidas necessárias a América Latina.

<sup>24</sup> Para uma visão abrangente das contribuições cepalinas ver especialmente Octavio Rodriguez, que apresenta uma análise das interpretações desenvolvimentistas e o desdobrar das definições de centro e periferia e seus papéis dentro da concepção dos autores da CEPAL em *O estruturalismo latino-americano*; e a introdução de *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, de Ricardo Bielschowsky intitulada *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha*. RODRIGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. BIELSCHOWSKY, R. (org.) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

<sup>25</sup> PREBISCH, R. *A dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. [s.l.]: Fondo de Cultura, 1963.

<sup>26</sup> FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Nacional, 1959.

<sup>27</sup> FURTADO, C. *Subdesenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Nacional, 1963.

manufaturados. Uma forte característica da produção cepalina neste momento era a determinação de fatores externos para a análise da história das economias latino-americanas, assim, em grande medida, era empreendida uma crítica ao estabelecimento da divisão internacional do trabalho, onde às economias periféricas havia sido delegada a tarefa de tornarem-se exportadoras de alimentos e matérias-primas, e era apontado como via para o desenvolvimento o rompimento com essa divisão e o incentivo aos processos de industrialização na América Latina.

O clássico *A Economia Argentina*<sup>28</sup>, de Aldo Ferrer, é um dos que, inspirados por Furtado, estabelece uma bem fundamentada divisão histórica baseada em uma periodização que prioriza as formas de desenvolvimento adotadas pela economia em cada momento. Dividida em quatro períodos, a análise de Ferrer nos é de especial destaque em relação ao seu terceiro, que o autor enquadra entre os anos de 1870 e 1930, sendo o momento da incorporação da Argentina ao comércio internacional. Além disso, trata-se do período de desenvolvimento da maior atividade econômica exportadora argentina, o negócio da carne resfriada e congelada, e também da inserção do capital estrangeiro comercial e bancário. O trabalho de Salvador Treber<sup>29</sup>, *La economía argentina: análisis, diagnóstico y alternativas*, também se pauta em Furtado como referencial, no entanto estabelece uma periodização diferenciada, demarcando o período 1882-1914 como a “idade do ouro” para a indústria frigorífica argentina, tendo como ponto de partida a instalação do frigorífico na Cidade de Campana nesta data inicial, somando-se a isso o fato de ser o período de maior intensidade da imigração, e de mais terras dedicadas para a produção de gado.

Outros trabalhos que possuem grande relevância são os de Carlos Federico Díaz Alejandro, entre eles principalmente os *Ensayos sobre la Historia Económica Argentina*<sup>30</sup>, de 1970. O objetivo principal dessa obra foi buscar as origens dos mecanismos de crescimento econômico que levaram a Argentina à posição de uma das grandes economias mundiais, e também os fatores que a retiraram desse posto em relação às demais nações tidas como desenvolvidas. Nessa empresa, a periodização operada por Díaz Alejandro reflete essas preocupações, uma vez que é dividida em apenas dois períodos: antes e depois de 1930, apontando esta década como chave para as transformações posteriores na economia argentina.

---

<sup>28</sup> FERRER, A. *A economia argentina: de suas origens ao século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

<sup>29</sup> TREBER, S. *La economía argentina: análisis, diagnóstico y alternativas*. Buenos Aires: Macchi, 1977.

<sup>30</sup> DÍAZ ALEJANDRO, C. *Essays on the economic history of the Argentina Republic*. New Haven: Yale University, 1970.

Ainda que não especificamente sobre a Argentina, é importante citarmos a essa altura o trabalho de fôlego empreendido por Angus Maddison e que levou a publicação de *Monitoring the world economy*, em 1995, trabalho que reunia a maior sequência histórico-estatística de dados econômicos que incluem o desempenho de 56 países dentro do intervalo 1820-1992. Desde então, muitos trabalhos em economia têm se pautado nas informações compiladas por Maddison. O economista estabelece uma espécie de *ranking* entre regiões do mundo conforme seus níveis de renda *per capita* e o que chama atenção é que esse *ranking* não se altera em todo o período do recorte realizado. Isto é, como afirmou Maria Heloisa Lenz: “as nações mais prósperas continuaram na liderança, e as mais pobres continuaram pobres<sup>31</sup>”. Além disso, é estabelecida uma periodização em cinco *momentum* que a perspectiva do economista leva a definir como fases sucessivas que não seriam pautadas por decisões, ideias ou mudanças na tecnologia e sim, transições ocasionadas pelo que chama de “acidentes históricos ou choques”. O período de Maddison que se relaciona ao momento do auge das exportações de carne argentina e ao tema de nosso trabalho é o de 1870-1913, que caracteriza a crescente integração das economias mundiais até às vésperas da Primeira Guerra Mundial, recorte que em muito se assemelha ao empreendido aqui<sup>32</sup>.

Entre os trabalhos mais recentes podemos mencionar primeiramente o de Victor Bulmer-Thomas, *La historia económica de América Latina desde la independencia*<sup>33</sup>, em

---

<sup>31</sup> LENZ, M. *Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 2004.

<sup>32</sup> O recorte temporal que consideramos mais adequado para analisar a problemática da integração da Argentina ao capitalismo central está inserido, em primeiro lugar, no período apontado já por Ruy Mauro Marini em *Dialética da Dependência* como de integração ao mercado mundial, compreendendo o período da segunda metade do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, aproximadamente. Em segundo lugar, o recorte também é embasado de forma coerente com o referencial teórico adotado, levando em conta as contribuições valorosas de Vânia Bambirra e sua tipologia crítica sobre as diferentes formações econômico-sociais latino-americanas, e nos estudos sobre o Padrão de Reprodução do Capital teorizados principalmente por Jaime Osório e Mathias Luce. Em relação à primeira, porque entendemos o caso argentino como integrante do grupo de países latino-americanos que têm seus processos de industrialização desenvolvidos como produto da expansão e transformação do setor primário-exportador (países tipo A); onde as circunstâncias que favoreceram esse processo deram-se principalmente no intervalo entre a Primeira Guerra e a Crise de 1929. Em relação aos segundos, Luce e Osório, porque justamente nestes países o período de ápice do Padrão Agro-mineiro exportador corresponde a esse momento anterior a crise de 1929 e a Primeira Guerra, onde os incipientes processos de industrialização começam a apresentar transformações, que acentuadas pela possibilidade criada na demanda não atendida de produtos industrializados, possibilitam o surgimento de um novo padrão de reprodução mais pautado no eixo de reprodução das indústrias nacionais, em sua fase internalizada. Além disso, como podemos verificar, é um recorte que, em termos gerais, coincide temporalmente com muitas das interpretações sobre esse processo, principalmente com o estipulado por Maddison. Por fim, no que diz respeito à análise de fonte primária realizada na última parte do segundo capítulo, nosso recorte é dado pela relevância das matérias do jornal *The Economist* para pensarmos o caso argentino e a introdução da carne no mercado britânico. Com isso, nessa última parte a primeira fonte apresentada data de 1874 e a última de 1913.

<sup>33</sup> BULMER-THOMAS, V. *La historia económica de América Latina desde la independencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

1998, onde o autor expõe que o século XIX, de uma maneira geral, para as nações latino-americanas apresentava o caminho da integração mais direta com o capitalismo central como a grande via para o desenvolvimento econômico, por meio da exportação de matérias-primas e da importação de capitais. Assim, teorias que buscavam alternativas encontraram pouco ou nenhum apoio por parte das elites políticas e econômicas, de modo que a não integração ao mercado mundial segundo a divisão internacional do trabalho não constituía uma saída real e de peso a ser considerada pelas economias periféricas. Assim, as elites do setor primário-exportador frequentemente conseguiam com sucesso impor seus interesses como sendo os interesses nacionais. Para estas economias, sempre que o setor exportador aumentasse, o resto da economia também teria acréscimo, e conforme Lenz “Esse otimismo estava bem fundamentado no caso da Argentina, onde os benefícios do aumento do setor exportador estavam realmente produzindo a transformação da agricultura, das manufaturas e dos serviços nacionais<sup>34</sup>”. Hilda Sábato, em *capitalismo y ganadería em Buenos Aires*<sup>35</sup>, de 1989, corrobora o pensamento nesse sentido ao defender que na Argentina existia, sem dúvida, uma confluência entre interesses do setor agropecuário de exportação e demais setores, que apoiava a indústria da carne, criando uma grande vinculação política e econômica entre essas elites.

Ainda entre os trabalhos mais recentes podemos acrescentar mais duas obras que buscaram respostas diferenciadas para os antigos problemas do desenvolvimento latino-americano, são eles *La inserción de la Argentina en la economía mundial: desde la organización de la nación hasta la Segunda Guerra Mundial*<sup>36</sup>, de Emilce Tirre e *Progreso, pobreza e exclusão: uma história econômica da América Latina no século XX*<sup>37</sup>, de Rosemary Thorp, ambos de 2000. O primeiro buscou demonstrar como a dita inserção argentina no mercado mundial deu-se apenas na década de 90 do século XIX e não com as exportações de lã e os primeiros anos da carne; a justificativa para tal afirmação é de que até essa data a inserção argentina, no que diz respeito ao volume de capital, era muito mais financeira do que comercial, através dos investimentos de capital e dívidas com bancos ingleses. Já o segundo orientou sua interpretação a partir de uma perspectiva essencialmente institucional,

---

<sup>34</sup> LENS, M. Op. Cit. p. 31.

<sup>35</sup> SÁBATO, H. *Capitalismo y ganadería em Buenos Aires: la febre dellanar 1850-1890*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1989.

<sup>36</sup> TIRRE, E. *La inserción de la Argentina em la economía mundial: desde la organización de la nación hasta la Segunda Guerra Mundial*. Buenos Aires: Editorial Economizarte, 2000.

<sup>37</sup> THORP, R. *Progreso, pobreza e exclusão: uma história econômica da América Latina no século XX*. Washington: BID; União Europeia, 2000.

defendendo a tese de que as instituições econômicas, sociais e políticas desenvolvidas pelos países na América Latina ditaram “as regras do jogo” onde foram definidas as potencialidades e limitações das economias nacionais. Para a autora, aspectos como a legislação, o judiciário, bancos centrais e outras questões como o conceito do direito de propriedade constituem o pano de fundo que condiciona a ação dos agentes econômicos.

Com o referencial teórico que utilizaremos nessa pesquisa, essa “crônica de transformações institucionais” apresentada por Thorp é contraposta pela concepção dialética da totalidade que compreende a TMD e a própria concepção de desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, onde poderíamos inverter a afirmação da autora ao questionar quem justamente seriam então as forças que moviam justamente essas transformações institucionais? Essa inversão entre os determinantes nos processos de desenvolvimento econômico pode ser mais bem tratada quando se concebe a economia não como um ente a parte do conjunto das forças sociais e sim como mais um elemento constituinte das diferentes formações econômico-sociais. Ademais, a visão que prioriza essas transformações institucionais para a explicação dos processos históricos econômicos se assemelha a outra opinião corrente durante muito tempo sobre a história da exploração da América Latina após seus processos de independência, isto é, a ideia de que os abusos (militares, diplomáticos, intervencionistas) por parte das economias centrais eram fatores explicativos da condição “subdesenvolvida” em nosso território. Para responder a isso, e à Thorp, são válidas as considerações de Ruy Mauro Marini:

Esse raciocínio, ainda que se apoie em fatos reais, inverte a ordem dos fatores e não vê que a utilização de recursos extraeconômicos é derivada precisamente do fato de existir por trás uma base econômica que a torna possível. [...] [Esses] tipos de explicações contribuem, portanto, para ocultar a natureza dos fenômenos estudados e conduzem a ilusões sobre o que é realmente a exploração capitalista internacional. **Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas**<sup>38</sup>.

Por outro lado, isso não significa que as transformações institucionais não tenham tido sim grande importância<sup>39</sup>, principalmente para o estudo do período de intenso crescimento econômico argentino entre 1870 e 1914, com taxas de crescimento que foram superiores até

---

<sup>38</sup> MARINI, R. *Dialética da Dependência* (1973) In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. [grifos meus]

<sup>39</sup> Jaime Osório irá demonstrar a grande importância, por exemplo, das políticas econômicas e o papel do Estado dentro de cada padrão de reprodução do capital determinado. Ver: OSÓRIO, J. OSÓRIO, J. *Padrão de Reprodução do Capital: uma proposta teórica*. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (orgs.). Op. Cit, pp. 70-73.



mesmo em relação aos Estados Unidos, Austrália e a maioria dos países europeus. Afinal, a estabilidade política e a segurança jurídica tiveram efetivo papel para garantir os novos regimes de direito de propriedade, principalmente no que diz respeito à terra. Essa atenção dada às esferas institucionais nos parece melhor apresentada em 2003 por Roberto Cortés Conde, em *Las vicisitudes de una economía exportadora: Argentina, 1875-1930*. Citando as colocações de Díaz Alejandro, Cortés Conde nos recordou oportunamente que:

La experiencia de la Argentina anterior a 1930 concuerda, en general, con la teoría del comercio y el crecimiento basada en los excedentes [...] parece indudable que en aquella época el crecimiento estaba en íntima relación con los sucesivos auges en las exportaciones de mercancías-tierra intensivas, siendo muy bajo el costo de oportunidad de la tierra. La utilidad de la tierra pampeana no se descubrió de la noche a la mañana, como ocurre, por ejemplo, con un depósito petrolífero, sino que surgió como resultado de la acción conjunta de las crecientes necesidades europeas de bienes primarios, el progreso tecnológico en los transportes y el interés cada vez mayor de las autoridades argentinas por promover las exportaciones, la inversión extranjera y la inmigración<sup>40</sup>.

Cortés Conde expõe como uma das características de sua interpretação sobre o período, a identificação de um recorte temporal onde o principal eixo de acumulação e reprodução de capital na Argentina está intimamente ligado às exportações de produtos primários, correspondendo aos anos de 1875 a 1930. A análise de Cortés Conde é direcionada para a problemática do rompimento das taxas de crescimento ao final desse período, e não sobre o crescimento em si. Contudo, nos é importante destacar que o autor identifica dois períodos de características distintas dentro desse contexto maior de exportações argentinas: um de tendência de aceleração do crescimento, com o auge das exportações, entre 1875 e 1913; e outro de desaceleração e estagnação, entre 1913 e 1930.

Cabe mencionarmos com grande destaque também os estudos de Mario Rapoport, principalmente em sua grande obra de fôlego *Historia económica, política y social de la Argentina*<sup>41</sup>, de primeira edição em 2000, e contando com as contribuições de Eduardo Madrid, Andrés Musacchio e Ricardo Vicente. De forma abrangente, cada capítulo analisa uma série compacta de temas econômicos, políticos, sociais, e internacionais, entre muitos outros. É de menção ainda mais especial aqui o capítulo intitulado *El modelo agroexportador*

---

<sup>40</sup> DÍAZ ALEJANDRO. Apud. CORTÉS CONDE, R. Las vicisitudes de una economía exportadora. Argentina, 1875-1930. In: CÁRDENAS, E.; OCAMPO, J.; THORP, R. (orgs.). *La era de las exportaciones latinoamericanas. De fines del siglo XIX a principios del XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003, pp.360-361.

<sup>41</sup> RAPPOPORT, M. *Historia económica, política y social de la Argentina, 1880-2003*. Buenos Aires: Emecé, 2012.

(1880-1914), onde o autor demonstra resultados de seus anos de pesquisa sobre a economia do período. Rapoport historiciza a integração ao mercado mundial tendo como primeira etapa o negócio da lã, passando a carne ovina e posteriormente a carne bovina, transpassando as transformações tecnológicas e de transporte que permitiram o desenvolvimento do negócio da carne congelada. A análise é feita de forma integrada às atividades da agricultura e ao estudo da renda da terra e sua utilização extensiva. Como sintetizou para o período a relação entre a renda da terra e as classes dominantes relacionadas a ela:

En la Argentina, señala Arceo, el patrón de propiedad de la tierra propio de la región pampeana (que se extendió a otras zonas), basado en las características de la clase dominante [...] estuvo dado por “la gran explotación” y la obtención “de una parte sustancial de la renta de internacional bajo la forma de renta del suelo”, que esa clase percibía en tanto el país funcionaba como un apéndice agrario de la división internacional del trabajo impuesta por Gran Bretaña y los centros manufactureros mundiales. La existencia de esta renta, establecida a partir de precios determinados desde el centro y en la que juegan un rol clave las condiciones cuasi monopólicas de acceso previo a la propiedad de la tierra (por eso renta internacional y no una mera renta diferencial como consecuencia de la mejor calidad de las tierras pampeanas, como planteaba Ernesto Laclau, porque en este caso el tipo de apropiación previa del suelo no juega rol alguno en la aparición de la renta), habría condicionado el desarrollo industrial, explicando las conductas anti industriales de las elites dominantes. [...] Sea cual fuere la interpretación del origen de la renta, resulta innegable la existencia de una matriz rentística que tenía que ver con el monopolio de la propiedad de la tierra por parte de los terratenientes<sup>42</sup>.

Além disso, busca demonstrar a importante constatação de que não é possível pensar a história do modelo agroexportador argentino sem pensar suas relações intrínsecas com o capitalismo central, o que é sinônimo, em grande medida, de relações com a Grã-Bretanha<sup>43</sup>. Daí o imperativo de analisar o padrão de reprodução do capital primário-exportador na Argentina em suas relações com o mercado e a economia britânicos apresente-se como tal imprescindível para uma perspectiva de totalidade em relação ao problema do desenvolvimento argentino.

Por fim, não é possível deixar de acrescentar nessa breve exposição a tese de doutorado de Maria Heloisa Lenz intitulada *Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque*<sup>44</sup>, publicada em 2004, e o trabalho abrangente de Osvaldo

---

<sup>42</sup> Ibidem, p. 72-73.

<sup>43</sup> Rapoport demonstra que, durante todo o período entre a década de 1860 e o ano de 1914 a Grã Bretanha representava a maior nação importadora de produtos argentinos, com destaque para a carne e os grãos, e também a principal origem dos produtos importados pela Argentina. A própria mudança gradual do gado tipo criollo para o da raça Shorthorn representa uma adequação aos gostos fundamentalmente britânicos. Ibidem, p. 71 e 80.

<sup>44</sup> LENZ, M. Op. Cit.

Barsky e Jorge Gelman, *Historia del Agro Argentino*<sup>45</sup>, de 2009. Este último buscou identificar o período de conformação da agropecuária moderna na Argentina entre os anos de 1880 e 1914, baseando-se não no início das grandes exportações com a lã e os couros, e sim na grande expansão produtiva no pampa; segundo as novas formas financeiras, comerciais e industriais do negócio no campo.

Já a pesquisa de Lenz tratou de debruçar-se sobre a problemática colocada inicialmente por Díaz Alejandro da dita *Belle Époque* do crescimento econômico argentino, onde a nação figurava como uma das grandes promessas de potências econômicas para o século XX, e como isso não se concretizou. Para tal, Lenz realiza uma vasta pesquisa bibliográfica sobre a historiografia econômica argentina, a qual em grande medida nos influenciou na composição desta exposição, e verifica dois momentos distintos para a integração à economia mundial: o inicial, justamente a *Belle Époque*, no último quartel do século XIX, de intensos registros de crescimento econômico recorde, e um segundo período que caracteriza a decadência desse modelo, baseando-se nas medidas econômicas argentinas que não obtiveram sucesso em desvincular-se do imperativo de investimentos britânicos, ao passo em que cresciam a dívida externa e a dependência de empréstimos e financiamentos e que só agravam-se com a Grande Depressão dos anos 1920 e decretam o fim da *Belle Époque*. Sobre essa série de “medidas” erradas que não tiveram êxito em tornar o crescimento argentino autônomo e desvinculado da dependência primário-exportadora, podemos aqui nos questionar sobre até que ponto essa possibilidade estava realmente dada ou se os mecanismos de dependência engendrados pelo capitalismo financeiro monopolista não tornariam, em realidade, essa empresa impossível sem uma ruptura revolucionária não capitalista.

A exposição feita até aqui demonstra como a perspectiva crítica da TMD, embora date da década de 1970, teve pouca inserção no debate sobre a história econômica argentina, valendo um esforço no sentido de fomentar a pesquisa com este aporte teórico que ofereça uma forma de análise que não considere apenas prioritariamente fatores internos ou externos nas determinações do processo de crescimento econômico argentino no período entre 1870 e 1914. Até mesmo trabalhos mais recentes, como o de Lenz, não consideraram – ou não acessaram – a produção teórica da TMD, ainda que levando em conta outras produções contemporâneas em seu momento de origem, como as interpretações cepalinas ou sociológica

---

<sup>45</sup> BARSKY, O; GELMAN, J. *Historia del agro argentino: desde la conquista hasta comienzos del siglo XXI*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto<sup>46</sup>. A teoria da dependência criada por Cardoso e Faletto tem fundamentos completamente diferenciados em relação à Teoria Marxista da Dependência pensada por Marini, por isso expomos que esta última ainda carece de circulação, haja vistas fornecer um aporte teórico e um conjunto de contribuições para o conhecimento do desenvolvimento latino-americano ainda não explorado.

As relações caracterizadas como de *dependência* estão fundamentadas na definição conceitual oferecida pela TMD, na qual esta categoria é verificada através da abstração, em uma perspectiva de processo histórico, em uma das definições de Ruy Mauro Marini, como sendo “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência<sup>47</sup>”, e que, como em outra definição oferecida posteriormente,

no capitalismo dependente, as contradições inerentes ao ciclo do capital; a exasperação do caráter exploratório do sistema; os obstáculos criados à mais-valia extraordinária e relativa, e seus efeitos perturbadores na formação das taxas médias de lucro; a extrema consequência dos processos de concentração e centralização do capital – isto é o que constitui a essência da dependência, a qual não pode ser suprimida sem que supere o sistema econômico mesmo que a engendra: o capitalismo<sup>48</sup>.

E ainda conforme as palavras de Theotonio dos Santos:

Uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra(s) economia(s) a qual a própria está condicionada. (...) quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e auto impulsionar-se, enquanto que outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo dessa expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato<sup>49</sup>.

Portanto, quando nos referimos a este conceito de dependência pressupomos a já existência, ou pelo menos a formação da Divisão Internacional do Trabalho. Logo, estamos tratando das relações de dependência estabelecidas dentro do capitalismo moderno, no período após a Revolução Industrial e as independências dos países latino-americanos, e no caso argentino, durante o período de seu processo de integração, que diverge entre os autores mais ou menos entre 1860 e 1890.

---

<sup>46</sup> CARDOSO, F. H.; FALETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

<sup>47</sup> MARINI, R. Op. Cit., p. 134, 135.

<sup>48</sup> MARINI, R. *Prólogo*. In: BAMBIRRA, V. *La Revolución Cubana: una reinterpretación*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1974, p. 11.

<sup>49</sup> SANTOS, T. Op. Cit. p. 361 (tradução minha).

Os intelectuais reunidos em torno da TMD teorizaram a sua constituição com base em diferentes contribuições que se tornaram aportes nucleares: 1) a definição da categoria *dependência* e de suas formas, como comercial, financeira e tecnológica promovida por Theotonio dos Santos; 2) o estabelecimento das leis tendenciais próprias do capitalismo dependente em seus diferentes elementos, por Ruy Mauro Marini; 3) A análise e a síntese das diferenciações entre as formações econômico-sociais do capitalismo dependente latino-americano, empreendida pela tipologia analítica de Vânia Bambirra<sup>50</sup>.

Marini, no ensaio que se torna uma das bases fundantes da TMD, *A dialética da dependência*, de 1973, estuda os principais elementos que configuram os determinantes históricos da condição dependente da América Latina. Conforme seus estudos, podemos arguir que a *integração ao mercado mundial* ocorre não apenas com o maior fluxo de exportação de produtos agropecuários e sim, através de, na esfera comercial, um duplo processo onde está incluída a exportação de produtos primários (agropecuários e tão logo por matérias-primas para a indústria), e a criação de mercados consumidores de bens industrializados; na esfera financeira, o fluxo de capitais na forma de investimento e da aquisição de relações com os bancos do centro capitalista; bem como na esfera produtivo-tecnológica.

No século XIX, quando falamos sobre esses processos de integração ao mercado mundial, falamos de integração com o centro imperialista, e com isso, em termos gerais estamos nos referindo à integração com a Inglaterra, ainda nos casos em que ocorre indiretamente. Entre 1860 e 1914 as exportações inglesas passam a representar de 14 para 40% da renda total dessa nação<sup>51</sup>, e a isso se soma a informação notória de que o país latino-americano que mais foi tido como alvo, tanto de exportações como de importações de alimento e inversões de capital foi justamente a Argentina. Assim, o estudo dessas relações entre estes dois países parece significativo para o entendimento das conformações de dependência no período, ainda que o mesmo coincida com o crescimento de outra gama de novas potências como os Estados Unidos, a França e a Alemanha, que superariam a Inglaterra em termos econômicos até 1913.

Outro elemento importante para pensarmos a TMD e o caso argentino manifesta-se através da chamada deterioração dos termos de troca, apresentada por Marini como *o segredo*

---

<sup>50</sup> Cf. FERREIRA, C.; LUCE, M. *Introdução*. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (orgs.). Op. Cit.

<sup>51</sup> Cf. BAIROCH, Paul. Apud: MARINI, R. Op. Cit. p. 136.

*da troca desigual*, onde, após a Grande Depressão da década de 1870, abre-se toda uma oferta nova de produtos primários em abundância e com preços cada vez mais baixos, principalmente no setor de alimentos. Em relação aos centros capitalistas, em especial à Inglaterra, a garantia de aquisição destes alimentos cada vez mais baratos, irá impulsionar o processo de transformação da mais-valia absoluta para a relativa, permitindo o aumento da extração de mais-valor através da diminuição do valor da força de trabalho. O simples fato de que algumas nações possuam tecnologia e estruturas necessárias para produção de bens industrializados que outras não possuem já cria por si só uma valorização destes, e se acrescentarmos o processo de queda constante dos preços dos bens primários, isso faz com que ainda que ocorra um lento decréscimo do valor dos bens industrializados, sua valorização em proporção relativa aos alimentos seja um fator de peso a ser considerado. Essa *troca desigual* poderia traduzir-se em desestímulo para a integração das nações latino-americanas ao mercado mundial, não obstante essa alternativa não estivesse de fato presente.

A compensação dos lucros pelos capitalistas latino-americanos se dará por outros mecanismos, principalmente através da *superexploração da força de trabalho*. O aumento da mais valia aqui, se dá principalmente através da maior exploração do trabalhador (intensidade, jornada e expropriação de parte do trabalho necessário para que o trabalhador reponha sua força de trabalho) e não do incremento de sua capacidade produtiva e isso configura, entre outros elementos, o modo de produção capitalista específico latino-americano. Isso é demonstrado também no período pelo baixo nível das forças produtivas aqui e pelos tipos de atividades que se realizam: na indústria extrativa e na agricultura, o aumento do trabalho não precisa necessariamente ser acompanhado por um grande investimento de capital constante uma vez que advém da própria natureza, o que permite que com a simples maior exploração do trabalho seja possível tanto uma maior taxa de mais valia quanto o lucro. Contudo, não é nossa intenção aqui nos debruçarmos sobre este aspecto, uma vez que nos centramos tanto mais na análise do caso inglês, e a análise do processo de *superexploração* no caso argentino renderia por si só outros grandes trabalhos. Além disso, partimos de uma hipótese inicial na qual a Argentina apresente a particularidade de que, no caso da carne, carro-chefe das exportações, a compensação dos mecanismos de *troca desigual* se dê tanto mais pelo aumento da extensão das terras destinadas à pecuária do que à *superexploração*, uma vez que a produção necessitava de mão-de-obra diminuta, somada a uma conjuntura de baixa população no interior.

A condição dependente que se manifesta nas possibilidades estruturais dos países latino-americanos não acontece de forma homogênea e sem particularidades específicas. Para empreender o estudo dessas diferenças que permitiram que alguns países tenham alcançado um desenvolvimento econômico maior do que outros, e principalmente aqui para pensarmos a ascensão econômica da Argentina se faz necessário operarmos as diferenças conceituais elaboradas por Vânia Bambirra<sup>52</sup> ao estabelecer uma tipologia de análise dos países latino-americanos em sua condição dependente.

A autora adota a metodologia de estudos que expõe uma tipologia entre as diferentes formações econômico-sociais baseada no critério de industrialização conforme o período histórico em que ocorreu. Nas palavras de Bambirra:

Utilizamos esse critério em coerência com a metodologia que adotamos e que buscamos definir na primeira parte, ao explicitar que a dependência econômica engendra os parâmetros das possibilidades estruturais. Pois bem, desde a Primeira Revolução Industrial, o sentido do desenvolvimento de qualquer sociedade passou a ser dado pela indústria manufatureira. [...] O estudo das *condições* que tornam possível o desencadeamento de um processo de industrialização em alguns países e suas conseqüentes transformações estruturais é o que de fato nos permitirá relacionar a situação geral da dependência aos tipos específicos de estruturas dependentes, isto é, distinguir as características mais significativas de cada um dos dois grandes tipos de sociedades dependentes contemporâneos<sup>53</sup>.

Assim, Bambirra identifica dois grandes grupos de países, os do tipo A e do tipo B. Os países de tipo A são aqueles onde as industrializações começam, em média, no final do século XIX, obtendo algum impulso durante a Primeira Guerra Mundial e Crise das décadas de 1920/30. Seriam os casos de Argentina, Brasil, México, Chile, Uruguai e Colômbia. Sobre a Argentina especificamente, no período entre 1900-1905, seu setor industrial já contribuía com 18% do produto interno, e seu censo de 1920 registra mais de 13.000 estabelecimentos industriais, com uma ocupação total superior a 310.000 pessoas<sup>54</sup>. Nesse grupo, verificam-se no período estruturas diversificadas, nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo, porém, um processo de industrialização em expansão. Como já vimos, no caso da Argentina o negócio da carne e do trigo impulsionaram o fortalecimento de uma burguesia interna ligada a esses produtos e o fortalecimento de um mercado interno que trazia consigo o desenvolvimento de outros setores.

---

<sup>52</sup> BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

<sup>53</sup> BAMBIRRA, V. *Ibidem*, p. 61-62.

<sup>54</sup> Cf. BAMBIRRA, V. *Ibidem*, p. 56 e FURTADO, C. *A economia latino-americana*, Ed. Cia das Letras, São Paulo, 2007.

Os países de tipo B são aqueles onde a industrialização já ocorre sob controle direto do capital estrangeiro. Seria o caso dos demais países latino-americanos, à exceção do Haiti e do Paraguai, países que até hoje não passaram por um processo de industrialização concreto. Poderíamos pensar que no caso argentino, a influência direta inglesa poderia também, de certa maneira, influenciar como o dito "controle direto do capital estrangeiro", no entanto os investimentos de capital, a esfera de influência, e os vínculos financeiros não chegam a configurar o mero estabelecimento de empresas estrangeiras onde as remessas de lucro são enviadas diretamente para os locais de origem ou configurando ainda o caso de uma "economia de enclave", do contrário, o próprio desenvolvimento de um mercado interno consistente e de uma industrialização de substituição de importações teriam difícil explicação. Contudo, trata-se de um tema que também pode e deve ser em muito debatido, podendo proporcionar outros tantos trabalhos, de modo que não podemos desenvolvê-lo aqui.

Os elementos que tornaram possível aos países de tipo A aproveitar essa conjuntura internacional no período e impulsionar seus processos de industrialização foram principalmente a existência de um mercado interno e de relações de produção capitalistas. Após a Segunda Revolução Industrial ocorrem nesses países profundas transformações modernizantes orientadas pelo capitalismo central, que acontece por duas ordens de necessidades destes: 1) aumento da produção de matérias-primas e produtos agrícolas e 2) expansão dos mercados internos a fim de que sejam capazes de absorver maior quantidade dos produtos manufaturados pelos países capitalistas centrais. Como Lênin já havia observado, e Bamberger recorre às suas palavras: "quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias"<sup>55</sup>. Assim, essas transformações modernizantes criadas, em parte, para suprir as necessidades do capitalismo central acabam por engendrar as próprias condições estruturais para superar, em alguma medida, as barreiras da divisão internacional do trabalho e permitir condições para o desenvolvimento industrial. Em primeiro lugar, ao generalizarem-se as relações de produção capitalistas na organização social da produção -- processo que é capitaneado pelo setor primário exportador -- ocorre o sufocamento das áreas que se destinavam ao autoconsumo e à subsistência, gerando a proletarianização. Além disso, as mudanças tecnológicas, no âmbito das forças produtivas, garantem aumento da capacidade produtiva, o que aumenta o dinamismo do setor exportador

---

<sup>55</sup> LÊNIN, V. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Apud: BAMBIRRA, V. *Ibidem*, p. 66.



e a absorção de mão-de-obra, e que expande consigo os setores complementares como o comércio, transporte, serviços, etc. - o que é exemplar no caso argentino.

Além dos elementos conceituais que caracterizam a condição dependente, oferecidos por Marini, e das características específicas desta dependência segundo as particularidades do desenvolvimento econômico e social de cada país, conforme a tipologia histórico-estrutural operada por Bamberger, nos é agregador também para o entendimento do período estudado, as formulações teóricas expostas por Jaime Osório<sup>56</sup> sobre o conceito de *Padrão de Reprodução do Capital*<sup>57</sup>. Esta proposta teórica tem a vantagem de propor o estudo dos padrões de desenvolvimento latino-americano em determinado período<sup>58</sup>, com base na análise de suas particulares internas, bem como com suas correlações externas, em um perspectiva de totalidade dentro do sistema capitalista, articulado por relações de imperialismos e dependências. Afinal, como muito bem expôs Osório: "É com base nessas relações, que os problemas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento encontram sentido, e não mediante a consideração de economias isoladas como fazem diversas escolas econômicas e organismos internacionais reiteradamente e sob discursos que apenas mudam de forma<sup>59</sup>".

Essa categoria de *padrão de reprodução do capital* objetiva identificar as formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e dentro de formações econômico-sociais ou espaços geoterritoriais determinados<sup>60</sup>. Osório introduz essa explicação de maneira muito clara e satisfatória:

Em *situações históricas específicas*, ainda que o capital assuma essas formas por ramos e/ou setores produtivos diferenciados, não se deve perder de vista

---

<sup>56</sup> OSÓRIO, J. Op. Cit, pp. 37-86.

<sup>57</sup> Dentro do pensamento marxista existem diferentes níveis de abstração e concreticidade, com categorias próprias a cada nível. Os maiores graus de abstração referem-se a sua capacidade de apreensão de determinados processos e leis tendenciais dentro do movimento do capitalismo mundial, de modo que certos aspectos do movimento histórico são deixados de lado para a melhor compreensão de sua essência. Nos níveis menores de abstração são operadas categorias mais específicas, que permitem expressar as particularidades de cada realidade específica, assim o capital se apresenta como muitos capitais, o trabalho, como trabalhadores, o valor, como preços, a mais-valia como lucro. Como colocou Osório, quanto maior a concretude, mais variada se torna a realidade. Cf. *Ibidem*, p. 38.

<sup>58</sup> Entre os diferentes níveis de abstração e concreticidade, assim, "a categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, *mediações*, entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista, sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura). Dessa forma, se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios". *Ibidem*, p. 41.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>60</sup> Assim "a categoria de padrão de reprodução do capital estabelece *mediações* entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista, sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social, conjuntura). Dessa forma, se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios". *Ibidem*, p. 41.

*que são alguns setores que atraem os maiores e mais importantes investimentos à medida que se constituem em eixos da acumulação e da reprodução do capital.* Isso significa que, considerando o tempo histórico, o capital não privilegia sempre os mesmos setores ou ramos como motores de seu processo de valorização. [...] Definitivamente, o capital vai estabelecendo padrões de conduta em sua reprodução em períodos históricos determinados, seja porque privilegia certos ramos ou setores para investimento, seja porque utiliza tecnologias e meios de produção específicos, explora de maneiras diferentes ou reproduz – redefinindo – o que fez na matéria em outros momentos, produz determinados valores de uso e os destina para mercados – internos ou externos – adequados às suas necessidades, tudo o que, visto em seu conjunto, difere de como, em momentos distintos, realiza esses passos ou se reproduz<sup>61</sup>.

Esses padrões de reprodução podem ser pesquisados explorando seus rastros na economia política, como quando vários capitais se lançam ao investimento de determinados ramos e setores eixo, e é justamente o estudo desses rastros que nos permite elucidar como o capital se produz e, principalmente, reproduz, em determinadas situações histórico-concretas. Esses padrões, em momentos de agudas crises da reprodução capitalista, se encontram com a intensificação de suas contradições internas e estruturais, podendo levar ao colapso de tal padrão de reprodução e ao desenvolvimento de novos eixos principais de acumulação e reprodução. Assim o período de integração da Argentina ao mercado mundial é entendido como constitutivo do padrão de reprodução agromineiro exportador, que predomina em muitos países latino-americanos, principalmente nos de tipo A, até a segunda década do século XX. Segundo Osório, este padrão entra em crise e passa por uma etapa de transição, sendo que posteriormente começa a se delinear o início de um padrão industrial em muitos países latino-americanos. Essa crise tem suas lógicas internas, porém se articulam e adquirem sentido quando analisadas conjuntamente com a crise do mercado mundial derivada da longa etapa que vai da Primeira Guerra Mundial à Crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial, “que exigem do capital local a geração de um processo de industrialização como forma de reprodução<sup>62</sup>”.

Esta breve exposição ensaística realizada neste capítulo objetivou demonstrar, em linhas gerais, os principais caminhos que a historiografia econômica argentina tomou até hoje, privilegiando os trabalhos que se debruçaram prioritariamente sobre o desenvolvimento econômico argentino no período de 1870 a 1914, e também descrever de forma sintética algumas das bases teóricas da TMD de modo a demonstrar suas potencialidades para a análise do caso argentino em sua integração ao capitalismo mundial. Certamente serão necessários

---

<sup>61</sup> Ibidem, p.42. Itálicos do autor.

<sup>62</sup> *Padrões de reprodução do capital na América Latina*, Ibidem, p. 79.

ainda trabalhos muito mais abrangentes sobre esse tema, e consideramo-los de grande importância. Contudo neste trabalho, no próximo capítulo nosso objetivo gira em torno de estudar a integração de um produto específico, a carne, principal produto de exportação argentino, aos mercados e a dieta da classe trabalhadora do maior centro capitalista do período, a Inglaterra.

Ao nos valermos também de bibliografias que priorizam o estudo do lado inglês e da complementar análise de alguns números do periódico inglês *The Economist*, especificamos também que o trabalho objetiva daqui em diante, tanto mais estudar a perspectiva inglesa do processo e os mecanismos de vinculação internacional da carne do que os processos intrínsecos do desenvolvimento do negócio da carne congelada em território argentino, muito embora em dados momentos algumas explicações necessitem recorrer às informações sobre tal.

## 2. A CARNE PLATINA NO CAPITALISMO CENTRAL: PARTICIPAÇÃO DA CARNE ARGENTINA NA DIETA DOS TRABALHADORES BRITÂNICOS

Neste capítulo objetivamos, em primeiro lugar, demonstrar de que maneira, em linhas gerais, ocorreu a integração da carne argentina como um dos maiores produtos de exportação latino-americanos e sua participação no capitalismo central, em especial no mercado britânico no período entre 1870 e 1914. Ao demonstrar as particularidades desse processo histórico buscamos também em seguida, segundo uma metodologia crítica marxista, analisar como este alimento pode ter contribuído para o processo de passagem de extração de mais-valia absoluta para a relativa; e como pode ter influenciado no padrão de vida da população inglesa, principalmente no que se refere à classe trabalhadora, esboçando alguns comentários sobre o debate acerca do padrão de vida e sua definição conceitual. Em segundo lugar buscaremos examinar como o periódico inglês *The Economist* tratou de alguns assuntos referentes à Argentina, suas empresas, suas relações comerciais com a Inglaterra, e a inserção do seu principal produto de exportação, a carne, no mercado britânico. O objetivo principal desta análise é a interpretação de um grande veículo de comunicação e *ideologia*<sup>63</sup> do centro capitalista sobre o processo de integração da Argentina, e da carne estrangeira.

Podemos observar na história da formação econômico-social argentina que seu desenvolvimento produtivo no século XIX partiu, a princípio, de uma rede muito diversificada de bens primários da agricultura e da pecuária, cuja produção iniciou a expansão da ocupação territorial pelo Estado argentino. Buenos Aires, desde a época colonial já vinha se destacando como um importante polo de comércio, com acesso ao valioso Rio da Prata. Os principais produtos de exportação argentinos nesse primeiro momento eram o couro e o charque oriundos das charqueadas, sendo que essas exportações ainda eram por demasiado tímidas se comparadas com as do Brasil, por exemplo, como fim das grandes exportações de ouro, mas com o açúcar e o começo das exportações de café, a partir da década de 1840.

A década de 1830 marca um período de crise da economia das charqueadas argentinas, principalmente em virtude da concorrência do charque uruguaio e do sul do Brasil, que

---

<sup>63</sup> Entendemos aqui o conceito de *ideologia* dentro do arcabouço teórico marxista, e ainda que existam diferentes vertentes teóricas dentro do próprio materialismo histórico-dialético acerca de sua definição e operação como categoria analítica, a pensamos fundamentalmente em seu sentido atribuído por István Mészáros, isto é, como categoria *ontológico-prática*, ou seja, cuja essência só pode ser considerada em relação a sua função social prática. Ver MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.

reorienta pecuaristas a investir no negócio da lã, objetivando a exportação em larga escala. É com a lã que podemos verificar um começo efetivo de alguma integração da Argentina ao comércio intercontinental<sup>64</sup>, principalmente por suas exportações para o centro imperialista e sua conformação na divisão internacional do trabalho, dentro do lugar ocupado pelas economias dependentes nesse contexto, sendo que por volta de 1865, a lã representava cerca de 50% das exportações argentinas<sup>65</sup>. Enquanto no que se refere à população, os povos indígenas começavam a ser exterminados de forma mais intensa<sup>66</sup>, devido ao avanço em direção ao interior do país, e as primeiras ondas de imigrantes europeus começavam a chegar, para trabalhar principalmente nos núcleos urbanos, como Buenos Aires.

Contudo, no que diz respeito às exportações dos produtos bovinos, ainda estavam limitadas à exportação de carne seca e produtos similares, tanto mais porque a carne resfriada não era capaz de competir no comércio do centro imperialista, principalmente pela deficiência tecnológica para longos transportes e pela questão geográfica - com adversários fortes e competitivos como na Europa e nos Estados Unidos estando tão mais perto de Inglaterra e França do que a Argentina no hemisfério sul.

Um dos fatores que impulsionará a participação argentina no comércio da carne e do trigo com o centro capitalista será a introdução de novas tecnologias. Por um lado as inovações ocorridas com os barcos de navegação oceânica na segunda revolução industrial permitiram o radical encurtamento dos tempos de viagem e dos custos com transporte. Esse processo permitiu não apenas essas mudanças qualitativas como também a inclusão no comércio mundial de zonas consideradas mais afastadas do centro, sendo de especial atenção para o nosso caso a possibilidade de exportação a partir de zonas temperadas do hemisfério sul. O grande *boom* da carne platina no capitalismo central ocorrerá após a adoção da

---

<sup>64</sup> Estima-se que até fins do século XIX a exportação de carne ovina ainda seja o maior peso entre as exportações gerais de carne argentina, contudo, a virada para o século XX, bem como seus primeiros anos marcam o intenso crescimento do negócio da carne bovina, chegando a, no intervalo 1910-1914, ser quase cinco vezes maior a quantidade de exportações em relação à ovina (304.191 e 67.162 toneladas). Fonte: Comité Nacional de Geografía (Argentina). Cf. RAPOPPORT, M. Op. Cit. p. 71.

<sup>65</sup> Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

<sup>66</sup> O processo de ocupação territorial da zona dos pampas se desenvolveu continuamente durante todo o século XIX, até terminar com a campanha de Roca em 1879 e a derrota definitiva do índio. Como apontou Aldo Ferrer “Esse processo paralelo de expansão da fronteira na zona dos pampas e da apropriação privada das novas terras ocupadas é o mais importante na etapa de transição [das economias coloniais e de subsistência para auge do padrão primário exportador] e iria exercer uma profunda influência no desenvolvimento posterior da produção rural do país em seu conjunto”. FERRER, A. Op. Cit. p. 48.

tecnologia do congelamento<sup>67</sup> da carne pelos produtores portenhos<sup>68</sup>, o que fará com que passem a optar cada vez mais pela exportação da carne congelada, em detrimento da resfriada ou da exportação de cabeças de gado. Por isso, na década de 1870, a exportação de gado começou a ser processualmente substituída pela carne refrigerada. Segundo Huttman, os fornecedores argentinos, visando assegurar uma parcela importante do mercado inglês, passaram de refrigerar a congelar a carne, assim que isso se tornou viável.

Em relação à Inglaterra, as últimas três décadas do século XIX são o período de auge e declínio da dependência de importações de carne dos Estados Unidos, seu principal fornecedor até então. A carne estadunidense também deixa de ocupar uma situação de grande necessidade das importações britânicas para passar a ser exportada para outras partes do mundo. Além disso, as políticas econômicas dos importadores britânicos privilegiaram as importações de mercados dependentes, como a Argentina, e de suas colônias, como a Austrália, de onde conseguiriam preços menores. Soma-se a isso uma lei nacional britânica instituída em 1892 que proibia toda importação de gado da Europa continental em função de um grande surto de febre aftosa. A partir desse momento até as décadas de 1880 e 1890, a Argentina já passa a ocupar cerca de 10% do mercado inglês de importações de carne congelada e esse papel chegará até 65% desse mesmo mercado em 1910<sup>69</sup>.

Com efeito, a produção pecuária se torna, durante o último quartel do século XIX e começo do século XX, juntamente à atividade comercial do porto de Buenos Aires, o fator principal do crescimento econômico argentino<sup>70</sup>. Aldo Ferrer expõe as principais causas que favoreceram o desenvolvimento da pecuária na região como sendo a abundância de terras férteis na zona dos pampas, expansão da demanda mundial e liberação do regime comercial,

---

<sup>67</sup>Cf. CRITCHELL, James; RAYMOND, Joseph. *A history of frozen meat trade*. London: Constable & Company, 1912, pp. 74-92.

<sup>68</sup> Esse processo de inovação tecnológica que introduz os métodos de congelamento ocorre durante a década de 1870, sendo adotado por muitos exportadores na Argentina para assegurar uma parcela importante do mercado inglês, que se regozijava com o aumento espetacular da oferta internacional de carne, o que empurrava os preços para baixo e permitia que os importadores britânicos pudessem, de certa forma, influenciar – quando não impuser – os preços da carne em processo de entrada no país. É necessário fazer a ressalva também de que quando nos referimos aqui aos produtores ou exportadores argentinos, fazemos referência tanto mais à ponta do comércio em que estão e a sua localização geográfica do que a sua nacionalidade, afinal muitos exportadores de carne na Argentina eram, na verdade, empresas inglesas ou com grande participação de ingleses.

<sup>69</sup> Cf. HUTTMAN, J. Op. Cit., pp. 247-262.

<sup>70</sup> Embora a agricultura, principalmente com a exportação de grãos também apresente grande importância, a partir de uma média histórica para o período de 1870 a 1914 podemos apontar que a média anual de participação da carne na porcentagem total de exportações argentinas seja de 69%. Fonte: Comité Nacional de Geografía (1942). Cf. RAPOPPORT, M. Op. Cit. p. 78.

reduzida complexidade da empresa pecuária e a demanda reduzida de mão-de-obra da produção pecuária.

Podemos afirmar que é a partir dessa expansão das exportações profundamente orientadas para a Inglaterra<sup>71</sup> e da Segunda Revolução Industrial, que estão colocadas as bases do processo de industrialização argentino, pois a expansão do capitalismo no centro faz com que os setores produtivos das economias dependentes orientados para a exportação sejam expandidos para melhor atender às necessidades impostas. Entre os países latino-americanos em que industrialização inicia-se nesse período podemos incluir a Argentina, como já mencionado, cujo desenvolvimento da produção ocorre no setor voltado para o mercado externo e, conforme Vânia Bambirra está inserido na lógica dos processos de industrialização das economias dependentes desse período, com o aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas para satisfazer as demandas crescentes da nova fase de industrialização nos países capitalistas avançados, e com a expansão dos mercados internos desses países, a fim de que sejam capazes de absorver maior quantidade dos produtos manufaturados dos países capitalistas centrais<sup>72</sup>. Ainda podemos observar outro elemento importante dessa etapa da dependência, que é o fato das nações industriais muitas vezes exportarem seus capitais para a América Latina, para aplicá-los na produção de matérias-primas e alimentos para a exportação, sendo que na Argentina, essa característica se fará presente principalmente no próprio setor da pecuária e no setor da logística de transportes, com as ferrovias, os navios e os frigoríficos<sup>73</sup>.

Conforme Aldo Ferrer, a integração argentina ao mercado mundial ocorreu dentro de uma perspectiva de triplo processo, mais ou menos simultâneo, que tem seu auge entre as últimas décadas do século XIX e 1914, e que corresponde ao “movimento internacional de

---

<sup>71</sup> Marini a respeito dessa orientação das economias dependentes para a Inglaterra irá assinalar que: “A Revolução Industrial, que dará início a ela [dependência], corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando a importação supera as exportações – de dívidas. MARINI. Op. Cit. p. 134. Mário Rapoport corrobora com esta última ideia ao demonstrar como a balança comercial da Argentina, entre a década de 1860 e 1900 com frequência foram negativas, e Aldo Ferrer nos lembra que a obtenção de créditos (e dívidas) com casas bancárias inglesas impulsionou também a integração financeira argentina pelas vias econômicas e institucionais.

<sup>72</sup> BAMBIRRA, V. Op. Cit.

<sup>73</sup> Além disso, em uma perspectiva mais ampla, o capital britânico estará em grande parte investido na América Latina em títulos públicos e ferroviários, os quais representavam três quartos do total de investimentos de carteira da Inglaterra na década final do século XIX. Cf. OLSON, P.; HICKMAN, A. *Economia Internacional latino-americana*. Apud: MARINI. Op. Cit. p. 137.

capitais, as correntes migratórias e a expansão do comércio mundial<sup>74</sup>”. Grande parte desse movimento de capitais correspondia a empréstimos de bancos britânicos ao governo argentino, em torno de um terço. A isso Ferrer acrescenta que:

Desde o início do século XIX iniciou-se a colocação de títulos da dívida pública argentina e de vários países latino-americanos na City de Londres e diversas companhias privadas obtiveram aportes de capital para investimentos na exploração de recursos naturais. Na década de 1820, os bônus públicos eram vendidos até 30% de seu valor nominal, com taxas de juros de 5 ou 6% ao ano. Considerando os custos de intermediação dos bancos que faziam a colocação dos títulos, os devedores recebiam somente cerca de 60% de seu valor nominal. Ao final da década, a maior parte desses bônus se encontrava em *default* e a experiência se repetiria posteriormente. O caso mais importante foi a inadimplência da Argentina em sua dívida para com a Casa Baring de Londres, em 1890<sup>75</sup>.

Ainda cabe apontarmos que o desenvolvimento da indústria da carne na Argentina acontece, em grande parte, através do investimento britânico, com capitalistas ingleses a frente dos negócios. Huttman foi bem sintético ao tratar dessa questão:

Do meio da década de 1880 a 1900, um pouco menos do que 10 por cento da carne estrangeira (excluindo animais vivos) no mercado britânico teve origem na Argentina. A carne foi o principal componente do comércio argentino-britânico. Embora os fornecedores de carne argentinos fossem lentos em obter uma parte significativa do comércio de importação de carne britânica durante a segunda metade do século XIX, eles alcançaram uma taxa rápida de expansão no início de 1900. **Em 1910, a Argentina foi a origem de cerca de 65 por cento das importações de carne bovina congelada e refrigerada na Grã-Bretanha.** A grande escala das exportações de carne argentina estimulou **o investimento estrangeiro no país, não só nas operações agrícolas, mas também no transporte ferroviário e instalações portuárias** e desenvolvimento geral de infraestrutura. Imigrantes europeus, com ambição e habilidades, acompanharam a entrada de capital de investimento<sup>76</sup>.

Embora a exposição de Huttman seja talvez um tanto questionável se refletirmos sobre a função real desses investimentos britânicos (como o apontado "desenvolvimento geral da infraestrutura argentina"), a exposição sobre a participação do capital britânico é um grande ponto a ser levado em conta e verificamos isso também através das empresas do centro imperialista presentes no território argentino.

---

<sup>74</sup> FERRER, A. Op. Cit. p. 79.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> HUTTMAN, idem, p. 260 (tradução e grifos meus).



No ano de 1878, o próprio *The Economist*, que logo adiante analisaremos melhor, nos traz dados interessantes<sup>77</sup> a cerca dos primeiros momentos da grande entrada da carne na Grã-Bretanha, como se pode em uma tabela onde os números que a princípio nos mostram o predomínio das importações de grãos também trazem uma importante comparação: ao passo que a população estimada aumenta 17% entre 1858 e 1877, as importações de carne e derivados (os dados do *The Economist*, nesse caso, excetuam os animais vivos e incluem batatas, não sabemos se por erro ou por algum outro fator) aumentam mais de sete vezes, ou 650%<sup>78</sup>. É interessante notar que, se considerarmos todo o século XIX, a população inglesa passa de 10 a 40 milhões de pessoas, conforme John Huttman, ao passo que a produção local de carne aumenta, no mesmo século, apenas de cinco para seis milhões de Libras, o que nos dá a entender a clara compensação com a carne estrangeira.

Como já vimos anteriormente, o desenvolvimento do capitalismo até pelo menos o segundo terço do século XIX, embora tenha proporcionado um grande crescimento econômico, não acarretou melhoras nas condições de vida dos trabalhadores das regiões centrais. Isso aconteceu porque, em grande parte, o desenvolvimento capitalista baseou-se no desenvolvimento das forças produtivas aliado a uma exploração maior da mão-de-obra, como já havia assinalado Marx<sup>79</sup>. Como já vimos também, com o desenvolvimento da indústria, a Inglaterra passa a necessitar cada vez mais de um mercado externo de onde pudesse obter uma grande oferta de alimentos, além disso sabemos que no caso da carne, a oferta aumentou em muito com o desenvolvimento dos frigoríficos e das técnicas de congelamento. Esse desenvolvimento tecnológico que garante a oferta de alimentos a preços menores (uma vez que as pressões de mercado fazem com que regiões muito distantes do mundo, como Austrália, Argentina, Alemanha e Rússia passem a competir o mercado inglês, apenas para dar alguns exemplos) por certo não deve ser encarado como intencionalmente planejado pelos

---

<sup>77</sup> Os dados do *The Economist* são apresentados aqui mais a título de ilustração e, principalmente, no estudo dos focos de análise do próprio periódico. Ressaltamos isso porque a origem, e logo a exatidão, dessas sequências estatísticas muitas vezes não é apresentada, como na tabela em questão apresentada aqui.

<sup>78</sup> Extraído de: *Our Foreign Food Supplies*. *The Economist*. 20-jul-1878.

<sup>79</sup> Nessa primeira fase do capitalismo industrial, a extração de mais-valor dá-se principalmente pelo tempo excedente ao tempo de trabalho socialmente necessário. Dessa forma, a extensão da taxa de mais valor dependia em grande parte do prolongamento da jornada de trabalho até os limites possíveis pelo relógio e pelas constituições físicas dos trabalhadores. No momento em que essa tendência chega a ponto de esgotar-se, a obtenção de mais valor passa a ser necessária através da contração do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção, nos mesmos parâmetros, isto se dá por novas tecnologias que permitam uma maior produção em menos tempo e invariavelmente por uma redução do valor dos meios de subsistência, entre eles a alimentação, o vestuário, a moradia e etc. Um excelente exemplo disso é o relatório médico encaminhado pela Câmara dos Lordes, citado na introdução deste trabalho. Ver MARX, K. *O Conceito de mais-valor relativo*. *O Capital*. Op. Cit. p. 387-391.

capitalistas do ramo da carne, haja vistas um complô com os industriais ingleses para garantir um custo menor de vida a seus trabalhadores. Marx exemplifica muito claramente essa hipótese quando pensamos a relação entre a produção de meios de subsistência mais baratos e custos de vida do proletariado:

Se, por exemplo, um capitalista individual barateia camisas por meio do aumento da força produtiva do trabalho, isso de modo algum implica que ele tenha em vista reduzir o valor da força de trabalho e, com isso, o tempo de trabalho necessário *pro tanto*, mas, na medida em que acaba por contribuir para esse resultado, ele contribui para aumentar a taxa geral do mais-valor. É preciso que as tendências gerais e necessárias do capital sejam diferenciadas de suas formas de manifestação<sup>80</sup>.

Isso não quer dizer que não possamos identificar claramente o imperativo de obter-se carne barata para “alimentar os trabalhadores de nossa Nação” através da agência dos economistas e capitalistas britânicos. E por que a carne teria uma função de grande importância como uma das determinações deste processo? Para responder a essa questão precisamos duas ordens de observações sobre o papel que a carne exercia na Grã-Bretanha, tanto no âmbito social e cultural, como na economia, e com isso, acreditamos ser necessário lembrar que este alimento teve uma função fundamental em duas questões muito analisadas e debatidas para o caso da Grã-Bretanha, em grande parte pela produção marxista: 1) o processo de passagem da mais-valia absoluta para a relativa durante o período e 2) a melhora no padrão de vida da classe trabalhadora durante o período.

No que se refere à primeira questão, o papel das economias latino-americanas para esse processo tem sido pouco estudado e, muito embora Ruy Mauro Marini tenha esboçado em linhas gerais como isso ocorreu, poucos trabalhos dedicaram-se a, a partir de seus pressupostos teóricos, pesquisar mais empiricamente e com embasamento de dados, como isso tenha ocorrido em casos historicamente determinados.

Parece importante destacarmos que o conceito de *mais-valia relativa* é entendido como “uma forma de exploração do trabalhador assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas da produção, resulta da desvalorização da força de trabalho<sup>81</sup>”. Poderia se destacar, no caso inglês, para esse processo, o aumento da produtividade, no entanto Marini já pontuava muito bem as diferenças essenciais entre *produtividade* e *mais-valia relativa*, uma vez que a maior produtividade só cria, como expôs

---

<sup>80</sup>Ibidem, p. 390, 391.

<sup>81</sup>Marini. Op. Cit. p. 138 e MARX, K. *O conceito de mais-valor relativo*. Op. Cit.

Marx, mais produtos ao mesmo tempo e não mais-valor, sendo que justamente por isso o capitalista individual busque a maior produtividade, pois isso permite reduzir o valor de suas mercadorias em relação ao valor geral socialmente, e através da produção, atribuído a elas. Logo, a extração de mais-valia relativa está intimamente associada ao grau de exploração do trabalho, por meio da relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o trabalhador produz mais valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a seu salário). Com isso em mente, podemos então constatar que esse processo passa, indispensavelmente, por uma redução do valor social das mercadorias que compõem os bens necessários à reprodução da força de trabalho (bens-salário), barateando-as. Por isso a América Latina, em suas exportações de produtos primários, principalmente em relação à exportação de alimentos, representará um papel chave para o desenvolvimento dessa nova modalidade de extração de mais-valor. Estima-se que já em 1880, a participação das exportações no consumo de alimentos da Inglaterra, até 1880, era de 45% para o trigo, 53% para a manteiga e o queijo, 94% para as batatas e 70% para a carne<sup>82</sup>.

Sobre o padrão de vida<sup>83</sup> da classe trabalhadora inglesa, é preciso pontuar que este foi um grande tema de debate pela historiografia desse país, levado a cabo principalmente pelas contribuições de Eric Hobsbawm e Edward P. Thompson. O conhecimento sobre esse debate é notório em muitos círculos acadêmicos de História, desde então, e, além disso, suas colocações foram bases para trabalhos posteriores que desdobraram a análise geral de como “medir” as condições de vida de determinado país, classe ou grupo social, como os estudos de Amartya Sen e a formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A ideia de padrão de vida esteve durante muito tempo ligada a elementos fundamentalmente econômicos como níveis de consumo e renda per capita, no entanto, conforme Nauber da Silva observou, “Thompson demonstrou que trabalhar com a ideia de padrão de vida era complicado porque, se por um lado, salários e artigos de consumo são mensuráveis em estatísticas, por outro alguns aspectos da vida não são igualmente

---

<sup>82</sup> Dados de M. G. Mulhall. Cf. Paul Bairoch. Apud. MARINI, *Ibidem*, p. 140.

<sup>83</sup> Ainda no século XIX, a pesquisa sobre as condições de vida tem um importante passo inicial com o trabalho de F. Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Os debates sobre o padrão de vida no século XX, conforme apresenta Nauber Gavski da Silva, iniciaram-se entre 1913 e 1930 com a publicação de *The Town Laborer – 1760-1832* pelo casal John Lawrence e Barbara Hammond, que foi duramente criticado pela historiografia inglesa oficial, dado o caráter “pessimista” de sua interpretação sobre como a Revolução Industrial havia afetado os trabalhadores. Um “segundo momento” do debate sobre o padrão de vida seria o mais conhecido, principalmente dentro da perspectiva marxista, com E. Hobsbawm e E. P. Thompson protagonizando-o.

ponderáveis, tais como alimentação, moradia, saúde, vida familiar, ócio, educação, lazer, disciplina e intensidade no trabalho<sup>84</sup>”. Assim, o conceito de *qualidade de vida*, e a noção de *condições de vida* adentravam o campo de debate para complexificar as variáveis de estudo a serem consideradas. Dessa forma, o próprio conceito de padrão de vida, que ainda apresenta sua validade por ressaltar as condições materiais necessárias para a reprodução da vida de uma pessoa de forma qualificada, é enriquecido pelas considerações que levam em conta como determinada classe experiencia essas condições de vida e as concebe. O debate sobre as terminologias e suas implicações conceituais tem sido muito rico, não apenas na Inglaterra, como também, por exemplo, na América Latina e no Brasil. Sem adentrá-lo, consideramos importante ressaltar que Thompson, no caso da alimentação, problemática que nos interessa aqui, traz à tona a importância de considerarmos os gostos, preferências e costumes da população para melhor entender como um alimento pode ou não servir como indicador de referência para o padrão de vida.

Desde muito tempo, a carne esteve para os britânicos, assim como o trigo, em uma posição de fundamental importância no que diz respeito à alimentação. E isso se dá tanto mais no âmbito da cultura tradicional e de um conjunto de itens cuja disponibilidade fazia parte de uma economia moral dos ingleses, do que por razões nutricionais e/ou energéticas. Tratava-se de *status*, enquanto sinônimo de comida decente. Essa relação de apreço pela carne representará uma perda significativa de qualidade na alimentação, na compreensão dos trabalhadores britânicos, quando este alimento não estiver tão acessível como foi outrora. Como boa parte do século XIX foi de estagnação – quando não de contração – salarial para estes homens e mulheres, e como a área dedicada ao gado nos campos ingleses cada vez cedia mais espaço para a indústria, estes dois fatores acabaram por concretizarem-se como determinações que possivelmente diminuíram o consumo de carne pela classe trabalhadora<sup>85</sup>, antes da grande oferta de carne estrangeira adentrar o mercado interno.

Esse papel de importância da carne na moral e no gosto dos britânicos não deve ser subestimado. Como E. P. Thompson observou “O *RoastBeef* na velha Inglaterra era o orgulho dos artesãos e a aspiração de todo trabalhador”; e acrescenta com relevância que “A carne

---

<sup>84</sup> SILVA, N. *O que é padrão de vida: definição de um objeto para a historiografia do trabalho*. Revista Latino-Americana de História. Vol. 1, n.º3, março de 2012, p. 644.

<sup>85</sup> Edward Palmer Thompson assinalou a esse respeito que o consumo *per capita* provavelmente decresceu no período entre 1790 e 1840, no entanto há controvérsias sobre as cifras. THOMPSON, E. P. *Padrões e experiências*. In: A Formação da Classe Operária Inglesa II: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 179-224.

certamente serve como um sensível indicador dos padrões materiais, pois seu consumo seria um dos primeiros a crescer quando houvesse qualquer aumento real dos salários<sup>86</sup>”. Esse aumento no consumo de carne é verificado no período de 1870 a 1914, após a Grande Depressão de 1870 que reduziu em muito o preço dos produtos deste gênero, mas estes caíram em muito também em virtude do fato de que se abria todo um mundo novo de alimentos baratos e importados para o povo britânico. Para termos uma ideia sobre a relação entre o aumento na importação e no consumo de carne e uma grande desvalorização desse produto, basta mencionarmos que “entre 1870 e 1896 os gastos de consumo de carne aumentaram em quase um terço na Grã-Bretanha, mas a proporção de carne importada triplicou<sup>87</sup>”. Se ampliarmos a comparação para o período entre 1854 e 1900 teremos de forma mais palpável essa relação de desigualdade e queda dos preços da carne, com um aumento surpreendente da entrada na Grã-Bretanha: primeiramente as importações passaram de três milhões para 16 milhões de Libras, isto é, os gastos com carne importada aumentaram em torno de mais de cinco vezes nesse período – numa clara relação de crescente necessidade de importação. Contudo, em termos de quantidade, nesse mesmo período o aumento verificado é de quase 20 vezes! Passando de 50 mil a 950 mil toneladas<sup>88</sup>.

Mas uma das determinações mais importantes que podemos verificar sobre a participação dessa carne, no que diz respeito especificamente à dieta dos trabalhadores, é o fato de que essa carne congelada que passa a ser importante é consumida principalmente pela classe trabalhadora. E isso se dá tanto pela questão direta do preço por quilo – mais barato que a carne resfriada – quanto pela possibilidade de se adquirir porções menores, uma vez que a forma até então ofertada era vendida, em geral, no osso, e a nova carne congelada podia ser comprada em quantidades que cabiam mais no orçamento semanal desses trabalhadores<sup>89</sup>. Dessa forma, uma vez que os níveis de acesso e consumo a carne pela classe trabalhadora notadamente tenham aumentado no período entre 1870 e 1914, e essa carne barata é fundamentalmente argentina, a não consideração da participação de uma economia dependente entre as determinações das mudanças no padrão de vida inglês pecou ao não integrar um dos elementos mais importantes para essas. A introdução da carne argentina não ocorreu como um processo automático de necessidades do capitalismo central. Embora

---

<sup>86</sup> THOMPSON, E. P. *Ibidem*, p. 181.

<sup>87</sup> HOBSBAWM, E. Op. Cit. p. 151.

<sup>88</sup> Cf. HUTTMAN, J. Op. Cit. p. 247.

<sup>89</sup> Sendo muitas vezes picada ou moída para ser consumida como parte integrante de outros alimentos, como tortas, por exemplo. Cf. HUTTMAN, *Ibidem*, p. 251.

estruturalmente tenha sido uma ordem de necessidades de uma economia industrial dentro da divisão internacional do trabalho, como parte da demanda por alimentos, houve agentes específicos que promoveram essa inserção da carne, e ainda assim, não podemos imaginar que tenha sido um processo sem percalços e unânime desde o princípio. Com a análise do *The Economist* objetivamos observar alguns momentos das relações entre a Grã-Bretanha e a carne argentina, analisando como o jornal e seus proprietários concebiam a introdução da carne estrangeira, dentro dos ideais de livre-mercado. E quem sabe a partir disso, possam começar a ser esboçados talvez rastros de resistência ou promoção dessa introdução da carne. A breve constatação de Richard Perren em *The Meat Trade in Britain*, de 1878, de que “a carne congelada, especialmente nos primeiros anos, teve de enfrentar um considerável nível de indiferença por parte dos consumidores [e] para superar isso, o produto certamente necessitou ser tenazmente propagandeado por um longo período de tempo<sup>90</sup>” serve como ponto de partida à imaginação no que concerne aos possíveis entraves e agentes facilitadores do processo.

Sobre os artigos verificados do *The Economist* e apresentados aqui nesta última parte, a primeira ordem de considerações a ser feita para a análise histórica do conteúdo de uma publicação impressa segundo alguma problemática determinada está relacionada à caracterização dessa fonte, ou seja, principalmente no que diz respeito ao seu caráter, seu grupo responsável, seus meios de circulação e público-alvo, e sua posição entre as publicações do gênero no determinado local, período<sup>91</sup>.

Embora o *The Economist* apresente-se desde muitas décadas sob uma forma muito assemelhada a uma revista ou periódico, seu conselho editorial ainda considera sua melhor definição como sendo um jornal, fazendo menção ao formato físico com o qual ganhou importância na segunda metade do século XIX, e às notícias e editoriais relativamente curtos em relação às magazines usuais do período. Outro fato que pode confundir essa delimitação é o de que sua periodicidade não era diária, sendo semanal. A definição conceitual de jornal<sup>92</sup>, no que diz respeito à sua forma impressa, gira em torno de algumas características frequentes como: o fato de ser uma publicação; um meio de comunicação de massa (não destinado a um

---

<sup>90</sup> PERREN, R. *The Meat Trade in Britain, 1840-1914*. London, Henley e Boston: Routledge & Kegan Paul, 1978, p. 193.

<sup>91</sup> LUCA, T. *História dos, nos, e por meio dos periódicos*. IN: PINSKY, C. (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

<sup>92</sup> A definição do dicionário *Priberam* de língua portuguesa, por exemplo, define a palavra "jornal", em sua forma impressa, simplesmente como uma "publicação periódica".

público demasiadamente seletivo); possuir uma regularidade em sua periodicidade, geralmente diária ou semanal; ter uma certa abrangência de temas, isto é, embora existam jornais mais especializados em economia, política, etc. tendem a tratar de uma generalidade de temas não muito restrita; e ainda, na maioria dos casos, ter a constituição física em papel-imprensa. Embora algumas listagens e compilações não incluam o *The Economist* na categoria de jornal, e sim de revista, neste trabalho, para fins de metodologia de pesquisa histórica o consideramos como um jornal, por pretender uma função de informação dinâmica, com intervalo de periodicidade relativamente pequeno, e pelo seu formato muito semelhante aos demais jornais em circulação na época.

Fundado em 1843 pelo dono de fábrica de chapéus escocês James Wilson, o jornal tinha o título inicial de *The Economist: a political, commercial, agricultural & Free-Trade Journal*, alterado dois anos depois para *The Economist: weekly commercial times, bankers gazette & Railway monitor*, nomenclatura que permaneceu a mesma até 1932. Tratava-se inicialmente de um jornal que buscava lidar com questões econômicas, políticas, financeiras e comerciais através de notícias e editoriais que propagandeavam os valores do progresso através do liberalismo político e do livre comércio. Entre suas auto definições também estava a de "jornal político, literário e geral"<sup>93</sup>. O momento de sua criação e principalmente do começo de sua maior difusão remete a um período onde justamente essa modalidade de comunicação, a do jornal impresso, ganhava grande popularidade, e simbolizava mais uma das muitas mudanças que traziam consigo o progresso, a inovação e os novos tempos, como assinalou Tania de Luca:

O mundo urbano expandia-se, os trilhos das ferrovias rasgavam as regiões mais prósperas, a navegação a vapor acelerava as trocas, as atividades comerciais e os serviços começavam a se diversificar, contexto que a um só tempo favorecia e demandava a circulação da informação<sup>94</sup>.

Significativo a esse respeito, verifica-se que o *The Economist* apresentou um grande crescimento nas décadas posteriores, sendo que sua circulação chega a em torno de 3.690 exemplares semanais, em 1876 e, quase duplica até pouco depois do recorte final dessa pesquisa, em 1920, com 6.170, em média. Contudo, seu público, em relação aos outros jornais britânicos em circulação na época, era mais específico, visando principalmente homens de negócios, políticos, comerciantes, etc. Isso somado ao fato de sua periodicidade não ser diária

---

<sup>93</sup> Conforme o próprio editorial em *Our history*. Disponível em: <http://www.economist.com/help/about-us> (acesso em 20/07/2015).

<sup>94</sup> LUCA, T. Op. Cit. p. 136.

fazia com que sua circulação geral fosse muito mais tímida em relação aos principais jornais britânicos do período, como o *Daily Telegraph* e o *The Times*, que eram os maiores em circulação, e em 1863 já tinham tiragens anuais de 120,000 e 40,000 respectivamente por dia.

O contexto de criação do jornal é muito elucidativo sobre seu papel e sua atuação, que durante os anos seguintes permaneceram fiéis aos princípios de James Wilson. Em 1843, o jornal havia sido criado com o objetivo de veicular propaganda contrária às Leis do Trigo, *Corn Laws*, que vigoravam na Grã-Bretanha. Adepto do liberalismo clássico de Adam Smith, James Wilson defendia a abolição das restrições protecionistas de importação em prol do livre-mercado e da não-intervenção do Estado na economia, linha que se manteve como ideologia do editorial do *The Economist* até os dias atuais. Como se sabe, em grande medida a abolição das *Corn Laws* representou, no campo legislativo, a virada da Inglaterra para o liberalismo econômico em sua forma mais irrestrita no período, orientando-se para a exportação de produtos industrializados e garantia de mercados de consumo para estes, mas também como a maior nação importadora - em 1881, a Inglaterra comprou metade de toda carne exportada no mundo e 55% da lã e do algodão exportados pela Europa continental<sup>95</sup>.

Embora o liberalismo, na segunda metade do século XIX, já havia em grande parte se consolidado como pensamento político e econômico hegemônico, na prática, as potências imperialistas utilizavam largamente métodos protecionistas a fim de garantir a saúde de suas economias nacionais. Ainda em 1914, por exemplo, as tarifas alfandegárias no Reino Unido não mais existiam, enquanto que na Alemanha essas tarifas correspondiam a 13%, e em países como França, Suécia, Rússia, Espanha, EUA, Áustria-Hungria e Itália fossem em média entre 20 e 40%<sup>96</sup>.

Nesse sentido, são compreensíveis os posicionamentos do *The Economist* sempre favoráveis aos volumes maiores de importação de alimentos, garantidos a preços menores - sendo vistos como símbolos do progresso e do inevitável avanço econômico liberal - uma vez que se está escrevendo a partir do local do mundo de onde, por excelência, as classes proprietárias, principalmente industriais, defendiam esta perspectiva. Como colocou Eric Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*:

Assim sendo, o livre comércio parecia indispensável, pois permitia que os fornecedores ultramarinos de produtos primários trocassem suas mercadorias

---

<sup>95</sup> Cf. HOBSBAWM, E. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 71.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 70.



por manufaturados britânicos, reforçando assim a simbiose entre o Reino Unido e o mundo subdesenvolvido, base essencial do poderio econômico britânico. [...] A Grã-Bretanha era o único país onde até os estadistas do Partido Conservador, apesar do seu antigo compromisso com o protecionismo, estavam dispostos a abandonar a agricultura<sup>97</sup>.

E isso mesmo em um contexto onde, como mencionamos, a tendência era de um maior protecionismo entre as potências capitalistas, como assinalou Mario Rappoport:

A Depressão, ao diminuir as margens de rentabilidade nas atividades produtivas das nações líderes, levou a volver grandes massas de capital na especulação financeira e nas regiões periféricas e coloniais. [...] Como consequência dessas circunstâncias, uma constelação de potências menores começou a praticar uma política abertamente protecionista (abandonando os princípios do livre câmbio) para desenvolver suas indústrias, aonde chegava tardiamente a revolução iniciada nas ilhas britânicas e a incrementar sua participação no comércio mundial, ameaçando a então indiscutida supremacia britânica. Como assinalou Paul Bairoch, o livre câmbio começava a ser a exceção e não a regra<sup>98</sup>.

Tendo isso em mente, podemos considerar que o imperativo de busca pelos mercados tidos como periféricos, por parte da Inglaterra, está justamente associado também a evitar esses mercados das demais potências, crescentemente protecionistas, como o caso no caso de suas relações com os Estados Unidos. A partir de então, os mercados prioritários para o fornecimento de alimentos e demais bens primários são, preferencialmente, suas colônias e as economias dependentes, como a Argentina. Um bom exemplo elucidativo a respeito disso é que no recorte temporal de 1870 a 1914 as trocas comerciais da Inglaterra com a Europa e os Estados Unidos diminuíram em cerca de 10%, ao passo em que aumentam nessa mesma medida com os países periféricos<sup>99</sup>.

Entretanto, essa postura de propagador do livre mercado vai confundindo-se, no período final do século XIX, com uma nova tendência transformadora dos jornais de grande circulação: o discurso que se pretendia mais informativo do que opinativo, ou a simples ideia de que traz apenas a verdade dos fatos. Isso esteve muito associado, conforme aponta De Luca, ao processo de criação dos grandes *jornais-empresa*, que viam a restrição proporcionada por adotar um claro ponto de vista político, social e cultural como entrave para o crescimento dos lucros e do fortalecimento da empresa no contexto de disputa pela hegemonia de determinado mercado. O *The Economist*, então, ao buscar esse tipo de

---

<sup>97</sup> Ibidem, p. 72-73.

<sup>98</sup> RAPPOPORT. M. *Historia económica, política y social de la Argentina, 1880-2003*. Buenos Aires: Emecé, 2012, p. 26.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 27.

adequação, procurou mediar esse imperativo de trazer apenas os fatos com o não abandono da propaganda liberal clássica. E isso não deve ter sido uma tarefa tão difícil se levarmos em conta que esse ideal confundia-se, em grande medida, com as ideias de futuro e progresso genéricas na transição para o século XX.

Essa questão sobre o quanto um jornal, ou publicações em geral, apresenta objetividade e/ou neutralidade já rendeu muitos debates, não parecendo muito frutífero ao trabalho de pesquisa histórica o encerramento simplesmente nessa reflexão. Para além disso, é correto afirmarmos que :

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público<sup>100</sup>.

Sendo então tarefa do historiador analisar, através de problemática e métodos de pesquisa específicos, este material conforme as ferramentas mais úteis para a identificação do que deseja, que pode ser tanto a análise do discurso, como a questão da estrutura narrativa, sua correspondência com a realidade, ou ainda o jogo de significações ou a luta de classificações que está em pauta com outros grupos, as possibilidades são muitas.

Foram selecionados para este trabalho artigos do *The Economist*, entre o período de 1874 e 1914, do momento da primeira matéria que trata da carne congelada e da Argentina de forma mais cuidadosa até o recorte final da pesquisa, em 1914, como justificado anteriormente<sup>101</sup>. A análise dos artigos revelam ora dados estatísticos e quantitativos sobre momentos das importações de carne, principalmente da Argentina, ora opiniões do periódico referentes a alguns pontos específicos de interesse.

---

<sup>100</sup> LUCA, T. Op. Cit. p. 136

<sup>101</sup> A metodologia inicial para a compilação dos documentos partiu da pesquisa por palavras-chave dentro do portal do Arquivo Histórico do *The Economist* para o período estudado, como parte do projeto de pesquisa para o Núcleo de História do Capitalismo Dependente (HEDLA) da UFRGS, coordenado pelos professores Mathias S. Luce (orientador desta pesquisa) e Carla Ferreira. Este portal, de acesso restrito, foi utilizado como base de consultas *online* durante o período de um ano, entre abril de 2014 e de 2015, a partir de então, através da pesquisa por termos como "argentine meat", "meat imports", "meat trade", etc. (na ferramenta de busca oferecida pelo próprio portal) chegou-se a uma compilação inicial de 183 matérias de interesse para análise do caso da carne estrangeira e da argentina nesse processo. Essa compilação inicial foi extraída do sítio da internet e hoje compõe acervo do HEDLA, estando disponível para futuras pesquisas do grupo de estudos dentro da temática. O endereço da WEB que hospeda o Arquivo histórico do *The Economist* encontra-se no final deste trabalho, na sessão de bibliografia e fontes. Todas as referências à documentação utilizadas aqui apresentam a informação da seguinte forma: *título da matéria*, The Economist, dd-mm-aaaa.

Em 1874, a edição de 14 de novembro do jornal traz uma matéria intitulada *The board of trade returns for october*, tratando dos índices de importação e exportação britânicos no último mês. A informação apresentada é a de que, embora o número de exportações tenha crescido de forma satisfatória em relação ao mês anterior, setembro, as importações haviam diminuído seu ritmo de crescimento nos números para o mesmo período. Essa queda de crescimento das importações (verificada em período relativamente pequeno para alguma sequência estatística - um mês) em relação às exportações poderia ser vista, ao primeiro olhar, como algo bom para uma economia dentro de uma lógica simples de gastos e lucros, contudo, para o *The Economist*, isso é apresentado como algo negativo a ser superado. Se tomarmos por base a informação de que os principais produtos de importação citados nessa matéria eram os alimentos, a partir disso podemos perceber uma característica marcante do pensamento editorial do jornal dentro do que defendiam os liberais manufatureiros ingleses e a grande maioria dos banqueiros e políticos liberais, que era o imperativo e a necessidade maior de importações na área de alimentos, dentro da clara mudança de orientação da economia nacional para a indústria e o desincentivo a agricultura e pecuária, bem como às medidas protecionistas para estes setores<sup>102</sup>. Nessa mesma matéria já se verificava um papel de grande importância da carne bovina estrangeira, uma vez que se somando as importações de todos os tipos do produto e os animais vivos que entravam no país, esta ordem de alimentos já ocupava o segundo lugar entre os gêneros importados, atrás do trigo, mas muito a frente de itens como milho, bacon, manteiga e peixes, que dão continuidade à lista.

Uma segunda matéria expressiva, publicada em 10 de março de 1877 pode nos ajudar a pensar sobre o processo de inserção da carne estrangeira no mercado britânico e a ideia que os editores do *The Economist* faziam disso. Intitulada *Corn and cattle trades*, a matéria tratava, com sequências estatísticas, do aumento processual das importações de carne resfriada no último ano, tendo por base informações reportadas em outro jornal, o *The Times*. Nessa matéria é destacado que a carne estrangeira "é tão boa quanto a da casa", "a experiência mostrará que a carne vinda do exterior (no caso, a carne vinda do continente americano, em especial dos Estados Unidos) pode atender perfeitamente as necessidades dos britânicos e é de qualidade inquestionável", e que "O bife estrangeiro tem ao seu lado as vantagens de ter uma excelente qualidade e um preço baixíssimo!"<sup>103</sup>.

---

<sup>102</sup>*The board of trade returns for october*, *The Economist*, 14-11-1874.

<sup>103</sup>*Corn and Cattle Trade*, *The Economist*, 10-03-1877.

Essa apresentação das importações de carne como a tendência para o futuro da Grã-Bretanha é verificada muitas vezes, como ainda em 1877, em *Cattle Trades*, quando o jornal busca demonstrar, através de números, como o negócio das importações de carne pode oferecer margens de lucro muito maiores para as empresas importadoras do que os lucros usuais dos "açogueiros comuns de bairro". Assim busca-se defender os benefícios que a abertura completa dos portos ingleses traria para a economia em geral e para a oferta de alimentos mais baratos.

Sabemos que o *The Economist* possuía como filosofia a defesa do livre-mercado em sua forma mais clássica, James Wilson e seus companheiros de editorial eram francos adeptos da perspectiva de Adam Smith, além disso, como vimos, o contexto de incentivo às importações de alimentos estrangeiros foi uma forte característica do período, não existindo grupos poderosos ou forças políticas que apresentassem grande tensionamento em outro sentido, sendo que até mesmo o Partido Conservador via a economia pautada pela primazia da indústria e a decadência da importância do campo. Nesse caso, podemos nos perguntar, quais seriam os motivos da intensa propaganda do *The Economist* por essa causa, uma vez que, com o distanciamento temporal e a pesquisa histórica observamos que esse ideal tendeu a ser hegemônico na Inglaterra?

Embora tratemos aqui fundamentalmente da perspectiva do *The Economist* podemos supor que a existência dessa veiculação paulatina de informação pró carne estrangeira não tenha sido à toa. Supomos que se houve necessidade dela, talvez tenha sido em função de existir (ou pelo menos o *The Economist* acreditar existir) certa resistência em relação ao caráter e origem desse produto. Contudo, quem seriam os que buscaram "resistir" a esse processo?

Como já vimos anteriormente, a classe trabalhadora na Inglaterra experimentou possivelmente no período anterior ao recorte estudado aqui níveis menores de consumo de carne e pouca, ou nenhuma melhora nas condições de alimentação e de vida, em geral, sendo assim, esse novo mundo de alimentos mais baratos dificilmente encontraria grande resistência entre uma parcela significativa da população que recém começava timidamente a deixar a linha da extrema pobreza. Pelo contrário, é bem possível que o retorno da carne à mesa das famílias proletárias tenha sido mais bem visto do que encarado com preconceito pelo fato de a carne ser estrangeira. Isso é apenas uma hipótese, baseada no que parece coerente afirmar, e não temos condições nesse trabalho de ir muito adiante nesse tema.

Contudo, para responder a pergunta que nos é colocada, pode ser útil pensarmos quem era o público-alvo do jornal, e se retomamos o fato de que, em geral, não era destinado a toda população (tanto por questões mais diretas como sua periodicidade e por tratar de questões de economia, política e etc. tidas como mais complexas como pelo fato de que grande parte da população inglesa na virada do século XIX para o XX ainda era analfabeta), por outro lado também lembramos que seu público-alvo declarado era composto principalmente por homens de negócios, comerciantes, funcionários públicos, políticos. Podemos supor então que mais provavelmente, a parcela da população que o *The Economist* buscava convencer era a classe média britânica<sup>104</sup>, que consumia carne com regularidade e tinha mais condições de optar criticamente nas variedades de carne que compunham sua alimentação.

Essa parcela da população, na qual estava inserida grande parte do público-alvo do *The Economist*, consumia variedades de carne que, em geral, não estavam disponíveis nos bens de consumo da classe trabalhadora, como a carne bovina fresca vendida no osso, peixes, as partes nobres do porco, aves como o faisão, etc. Alimentos estes que, além de oferecer status diferenciados também eram considerados costumes da boa alimentação britânica "tradicional". Somamos a isso também o fato de, embora a ideia de livre mercado estar amplamente aplicada à economia política do Império, isso não significava necessariamente uma ideologia política liberal amplamente arraigada entre a população, sendo que nas duas últimas décadas do século XIX, a maior representação política que falava em nome da "opinião" inglesa era o Partido Conservador. Isto é, o livre mercado coexistia com um período de grande guinada conservadora e nacionalista no contexto pré-Primeira Guerra Mundial. Esse mesmo conservadorismo se manifestava em práticas que criaram as "tradições" britânicas modernas como a extipulação dos trajes e festas tradicionais, ritos que faziam referência à medievalidade e à realeza, etc.

Em famoso artigo intitulado *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*<sup>105</sup>, E. P. Thompson descreveu como a ideia de autorregulação do mercado e de livre

---

<sup>104</sup> Segundo Hobsbawm, as classes média e média baixa representavam um segmento muito amplo, durante o período de 1870-1914, e correspondiam a em torno de 30% da população. Essas classes, embora abrangessem níveis de salários muito diversos, tinham como remuneração média 30 xelins para uma semana de trabalho de 50 horas, no caso de um homem, e 13 xelins e 6 pence, no caso das mulheres para uma jornada semelhante. Como Hobsbawm escrevera "comiam bem, e na verdade comiam demais", e "moravam bem, cada vez mais naqueles subúrbios da classe média e média baixa que circundavam as áreas menos fumarentas das cidades". HOBBSAWM, E. *Da Revolução Industrial ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 155.

<sup>105</sup> THOMPSON, E. P. *A Economia moral da multidão inglesa no século XVIII*. IN: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

comércio entrou em choque com as concepções populares e paternalistas sobre determinadas práticas culturais e econômicas em relação principalmente ao pão, ao trigo e ao formato da venda nos mercados urbanos. Em seu texto, Thompson definiu o que conceituou como uma *economia moral* popular que enfrentou, durante o século XVIII, novas práticas liberais de mercadores e fazendeiros que rompiam com o usualmente admitido. Embora o próprio autor tenha destacado a especificidade de sua análise e de seu objeto<sup>106</sup> - em contraposição aos que a julgaram sob formas generalizantes, ressaltando que tratara apenas de *uma* determinada população e não de todas, e apenas no contexto do século XVIII - acreditamos que o conceito de *economia moral* pode ser útil para pensarmos o caso das resistências à carne estrangeira nos últimos 30 anos do século XIX.

Thompson buscou através desse conceito se aproximar de um objeto com uma análise que compreendesse a mentalidade, a cultura política, as expectativas, as tradições e até as superstições de trabalhadores no período, que era mais ou menos expresso através de um *consenso a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas* na atividade do mercado, dos que provinham os produtos para consumo da população, etc. Somava-se a isso uma *visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas de vários grupos da sociedade*, etc. E *o desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real* era motivo para resistências e ações de reprovação e até de protesto. Para o ideário liberal de fins do século XVIII, conforme Thompson

a única maneira de essa economia autorreguladora [liberal] entrar em colapso era pela interferência do Estado e do preconceito popular. Era preciso deixar que os cereais fluíssem livremente das áreas de excedentes para as áreas de escassez. Smith encarava aqueles que tinham preconceitos em relação às práticas liberais como "superstições do nível da bruxaria"<sup>107</sup>.

Isso nos parece interessante colocar, pois, alteradas as cores locais e diacrônicas, o processo que parece estar se desenrolando durante a introdução da carne estrangeira, com base na propaganda do *The Economist*, demonstra o tensionamento entre a tradição e o que simbolizava, no plano dos costumes, o consumo de carne de qualidade e nacional, com o imperativo de livre-mercado necessitando afirmar-se como progresso. Em suma, figuras como a do "açogueiro de bairro" eram apresentadas praticamente como itens de antiquário, que

---

<sup>106</sup> Ver THOMPSON, E. P. *A Economia moral revisitada*. IN: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>107</sup> A isso Thompson acrescenta que "Não deveria ser necessário argumentar que o modelo de uma economia natural e autorreguladora, funcionando providencialmente para o bem de todos, é tão supersticioso quanto as noções que sustentavam o modelo paternalista - embora, curiosamente, seja uma superstição que alguns historiadores econômicos têm sido os últimos a abandonar". Ibidem, p. 162.

fatalmente sucumbiriam frente às vantagens de obter carne das regiões mais longínquas do globo, as margens de lucro que seriam mais vantajosas, e tudo isso sem perda de qualidade e sabor na alimentação. E esse tensionamento entre certa *economia moral* e o *liberalismo* do jornal ainda apresenta outras especificidades, uma vez que, ao contrário do caso estudado por Thompson para a multidão inglesa e o século XVIII, aqui, além dos principais possíveis agentes de resistência serem da nova classe média britânica, atuam movidos pelo conservadorismo e pelo nacionalismo em relação à carne, ao invés de pelo *direito dos pobres* ou pelos costumes *paternalistas* estudados no século anterior. O que é evidente, entretanto, é mais uma vez, o processo de atrito do liberalismo<sup>108</sup> para se impor como natural, justamente contra costumes e tradições que se pressupunham também naturais. Nesse caso, trata-se de buscar legitimar o caráter natural do primeiro, e questionar e desacreditar o possível caráter natural do segundo.

Sem dúvida que se trata de uma análise de possibilidades perante o que *The Economist* nos apresenta. Contudo, a intensa propaganda do jornal certamente abre brechas para esse tipo de reflexão.

Um indício de foco de resistência mais organizado é apresentado no final da mesma matéria de 1877. Contudo, o jornal não apresenta possíveis resistências da população e sim de açogueiros locais. O que foi buscado informar diz respeito a conflitos de açogueiros em duas grandes cidades inglesas, Manchester e Liverpool, em virtude, segundo é mencionado, de uma combinação tácita entre os açogueiros de ambas as cidades buscando não encorajar a venda de uma carne que tendencialmente diminuirá os lucros destes e tomará completamente o negócio da carne nestas cidades. Sobre os açogueiros resistentes e sobre a supremacia dos importadores de carne o jornal será catedrático ao afirmar que:

No entanto, a exemplo das outras cidades, provavelmente, acabarão as seguindo, em seu devido tempo, e, enquanto isso, os importadores encontram tal demanda por seu produto em outros lugares que não buscam forçar unicamente determinado mercado, para prejuízo da população. Talvez a evidência mais conclusiva a seu favor vem dos próprios açougues, que,

---

<sup>108</sup> Do liberalismo e da *divisão internacional do trabalho*, que destina a certas nações a posição de produção de manufaturados e a outras o status de exportadoras de alimentos, como será o caso das economias periféricas (quase que totalmente da Argentina) e coloniais (Oceania), de onde virá a maioria da carne estrangeira após o decréscimo dos EUA na porção das importações de carne. Além disso, quando houver pequenas oscilações, como um aumento tímido do preço da carne estadunidense em 1882, o periódico prontamente aponta como solução correta uma busca maior dos mercados coloniais ingleses, principalmente a Oceania. *Corn and cattle trades*. The Economist. 18-02-1882.

apesar de sua recusa em vendê-lo, são unânimes em declarar que esse bife “parece muito bom<sup>109</sup>”.

Na década de 1880, uma grande quantidade de carnes infectadas começa a preocupar as autoridades britânicas que lançam leis de restrição à entrada de produtos que não estejam em condições sanitárias adequadas. Embora não tenhamos a possibilidade de saber até que ponto essas leis eram cumpridas, o fato é essa preocupação nascente em relação à procedência da carne irá se manifestar outra vez, dessa vez com mais peso, em 1894, por ocasião de um surto de febre aftosa em vários países da Europa continental, quando é imposta a proibição de importação do gado europeu. Essa medida acaba favorecendo em grande parte o gado estadunidense, australiano e argentino, que passam a compor uma parcela cada vez maior do mercado inglês, ao passo que importantes exportadores como Dinamarca e Holanda saem extremamente prejudicados. Não devemos supor, entretanto, que a redução desses polos de oferta traduziu-se em aumento dos preços, pelo contrário, o grande aumento nas exportações mundiais de carne (em toneladas) fez com que as décadas de 80 e 90 continuassem a ser de decréscimo do preço do produto.

No final da década de 1880, um artigo intitulado *New loans and new companies*<sup>110</sup> trazia uma lista de grandes empresas criadas nos últimos anos e que, esperava-se, prometiam grande crescimento nos anos seguintes. Entre elas figura uma chamada *Argentine Meat Preserving Company*, com apenas cinco por cento de suas ações de posse de argentinos, que havia adquirido 19.000 acres ingleses de terras no departamento de Colón, na província de Entre Ríos. Esta havia adquirido três empréstimos junto a bancos ingleses e também gozava de diversas concessões do governo da República Argentina. É curioso o fato de a documentação do *The Economist* por nós averiguada não apresentar mais nenhuma informação sobre esta empresa, podendo ser uma grande possibilidade de pesquisa a parte, uma vez que possivelmente tenha falido ou mudado sua nomenclatura, uma vez que posteriormente não mais aparecerá entre as grandes empresas argentinas exportadoras do produto.

Nesse contexto, matérias do periódico que exaltam a importância da carne congelada argentina já são mais numerosos e apontam que o papel desta tende a crescer nos próximos anos. Também se tornam frequentes matérias de correspondentes na Argentina, que tratam de questões políticas e econômicas de interesse da Inglaterra. Nesse sentido, com frequência são

---

<sup>109</sup> *Corn and Cattle Trade*, *The Economist*, 10-03-1877 (tradução minha).

<sup>110</sup> *New loans and new companies*, *The Economist*, 16-11-1889.



publicadas tabelas sobre a atividade econômica de empresas argentinas em sua relação com a Inglaterra. Uma matéria de 1886, por exemplo, compara o crescimento das quantias de carne congelada vindas da Oceania com a River Plate &c. da Argentina<sup>111</sup>. Segundo os dados dos correspondentes do jornal, como podemos observar em 1886, para os nove primeiros meses do ano, conforme tabela incluída no jornal, o total do produto oriundo da Oceania é comparado ao crescimento de apenas uma importante empresa argentina, que no intervalo de dois anos triplicou seu volume de exportações para a Grã-Bretanha. Isso nos auxilia a elucidar a importância que a Argentina vinha ganhando no período para o mercado do centro capitalista e o porquê das atenções do *The Economist* estarem se voltando cada vez mais a ela<sup>112</sup>. Além disso, em 1898, perto da virada do século, as importações de carne continuavam aumentando acompanhadas de quedas no preço. No começo do século XX, a Argentina chega ainda a atingir o primeiro lugar na porção do mercado britânico de trigo em julho de 1904, outro alimento de grande importância entre os bens de consumo da classe trabalhadora.

Entre a última década do século XIX e a primeira do século XX é verificado o maior número de matérias especificamente sobre a Argentina, e isso coincide com o período em que este país tem a maior expressão dentro do mercado britânico, tanto no bife congelado quanto no trigo, dois itens de importância dentro da dieta local. A sessão do jornal intitulada apenas “Argentina” começa a surgir, com registros de correspondentes e dividida em vários tópicos, sendo que os mais frequentes e praticamente fixos são: *política, empresas argentinas, exportação de carne e trilhos e ferrovias*. Uma dessas sessões, em 1906<sup>113</sup>, comentava sobre um infeliz incidente que “causou muitas mortes na cidade de Hull possivelmente após consumo de carne argentina”. Ainda nesse caso, os correspondentes do *The Economist* não colocam a qualidade da carne congelada argentina em questão<sup>114</sup>, apontando que a causa do problema mais provavelmente tenha sido localizada nos frigoríficos ingleses, onde o alimento

---

<sup>111</sup> *The Trade Notes*. The Economist. 09-10-1886.

<sup>112</sup> Richard Perren, sobre essa comparação entre a carne da Oceania e da Argentina irá destacar que um dos grandes diferenciais para que uma dessas origens se estabelecesse com relativa segurança no mercado britânico passava pela necessidade conseguir suprir a demanda com regularidade. Isso era muito importante em se tratando de mercados tão longínquos como o sul da América do Sul e à Oceania. Sobre isso, a análise da introdução da carne estrangeira desses locais empreendida por Perren vem a demonstrar que a carne da Oceania não conseguia se estabilizar com envios regulares de cargas do produto. As chegadas de carne Australiana eram tão espasmódicas que não é possível falar em um “mercado real” estabelecido nesse ramo entre Austrália e Grã-Bretanha. Com isso, a maioria dos mercados passa, por volta de 1900-1902 a adotar amplamente o bife congelado argentino. PERREN, R. Op. Cit. p. 193.

<sup>113</sup> *Argentina*, The Economist, 28-07-1906.

<sup>114</sup> Desde 1900, a importação de gado vivo da Argentina já era restringida pelas autoridades britânicas com a justificativa de que o animal argentino, naquele ano, estava infectado por febre aftosa. Cf. RAPOPPORT, M. Op. Cit. p. 71.

poderia ter sido mal armazenado antes da venda. Os correspondentes trazem ainda a informação de que tanto um dos principais jornais argentinos como também o ministério da agricultura preocupavam-se bastante com a questão. Com essa matéria, o *The Economist* buscava mostrar a seus leitores que governo e opinião pública argentina estavam atentos à qualidade de seus produtos que chegavam ao mercado inglês. Os olhos do centro imperialista estavam agora mais fortemente ainda voltados para o papel dos bens primários portenhos, o que nos ajuda a entender melhor algumas especificidades das questões relativas ao mercado da carne, entre as empresas responsáveis pelo ponto de partida e de chegada. Dois artigos em especial, nos ajudam a entender um pouco mais sobre esse processo; um de 1907 e outro de 1908.

Em 1907, um artigo chamado *Meat Company Results* debate sobre as possíveis razões de, em um contexto de crescimento das exportações e da importância da Argentina para o mercado internacional, duas importantes empresas instaladas no país, a *James Nelson and Sons* e a *River Plate Fresh Meat Company*, enfrentarem uma dura queda em seus lucros. Isso aconteceria, segundo o jornal, em razão de uma alta nos preços do gado vivo na Argentina que era contraposta pelo fato do mercado britânico impor um preço que não correspondia à mesma alta. Estas empresas do ramo da carne, que necessitam do estoque vivo dos pecuaristas argentinos e fazem o processamento de industrialização do produto, com as técnicas de abatedouro, corte, condicionamento, congelamento e logística de transporte, demonstram lucros menores do que a empresa *Eastmans*, que é umas das maiores especializadas no retalho da carne em porções menores e sua distribuição na Inglaterra (compradora da carne das duas primeiras empresas, e situada na Inglaterra). Conforme informações de tabelas<sup>115</sup> apresentadas pelo jornal, bem como a opinião publicada, essa diferença é apontada pelo jornal como resultado de uma política de “generosos dividendos” dos lucros das duas empresas argentinas e como “fruto natural das especulações sobre o negócio”. Para além das considerações do jornal, o que podemos perceber é justamente que as pressões do mercado inglês por uma carne cada vez mais barata, mesmo quando os estoques vivos na outra ponta não decrescem em valor, exigem um preço máximo a ser pago que está aquém do que as empresas argentinas podem ofertar. A solução apontada pelo *The Economist* em nenhum momento gira em torno da questão do preço pago pelo mercado inglês, e vai apontar como caminho possível para salvação da *River Plate* e da *James Nelson* uma política de contenção da distribuição dos dividendos das empresas e uma redução de custos em todas as áreas possíveis.

---

<sup>115</sup>*Meat Company Results*. The Economist.20-04-1907.

Em 1908, após um relatório sobre a Argentina que dedicava muita atenção aos lucrativos investimentos em ferrovias, um pequeno item chamado *Two Meat Companies* já demonstra o trato dessa questão de forma um pouco mais amadurecida, retratando as relações especificamente entre a *River Plate* e a *Eastmans*. As pressões da *Eastmans* por uma carne sempre mais barata entram em choque mais profundo com os preços conseguidos pela *River Plate*, o que poderia gerar, nos próximos meses, alguns problemas no abastecimento de carne na Inglaterra. A essa possibilidade, o *The Economist* busca tranquilizar seus leitores com a opinião de que a *Eastmans* "certamente irá conseguir impor o preço de mercado estipulado pela economia britânica", o que "acabará por fazer a *River Plate* acomodar-se com os preços pagos e buscar outras formas de desenvolvimento que saibam conviver com os preços de mercado".

Em 1910 mais uma vez o jornal noticia uma situação que envolve a mesma temática, dessa vez envolvendo a *James Nelson and Sons co*<sup>116</sup>. Em matéria específica sobre uma dura crise passada pela empresa, o *The Economist* busca não apresentar uma análise própria do porque da crise, ou maneiras para superá-la, como usualmente faz. Ao invés disso, apenas apresenta essas quedas dos lucros em dados estatísticos e busca as declarações do próprio presidente da empresa. Este aponta as causas da queda dos lucros como sendo principalmente decorridas de um duplo processo onde, em primeiro lugar, através da competição entre comerciantes do ramo da carne, o preço dos estoques dos pecuaristas portenhos tendia a aumentar; e em segundo lugar, por virtude da mesma competição entre comerciantes da carne na disputa entre parcelas do mercado inglês, este oferecesse um pagamento mais diminuto. Em suma, este problema, apresentado com ares de conjuntural, de específico, como podemos ver, já estava colocado nos anos anteriores, possuindo tanto mais o caráter de regularidade do que de exceção, ou seja, um problema estrutural, salvo raros momentos de valorização do produto. Contudo, essa nunca será a interpretação do *The Economist*, que publica o mesmo problema que já havia apresentado outrora a seus leitores sempre como algo pontual e muito mais associado a uma ideia de que essa é a "resposta apresentada pela empresa como argumento" para as quedas da taxa de lucro, ao invés de buscar apresentar alguma análise sobre este problema específico; elemento este que foge aos interesses do jornal.

Sabemos que essas novas formas de desenvolvimento sugeridas pelo periódico inglês certamente passam por uma redução dos lucros que devem ser compensadas, em grande parte,

---

<sup>116</sup> *James Nelson and Sons co*, *The Economist*, 07-05-1910.

pela superexploração da força de trabalho<sup>117</sup> - que, entretanto, não terá como um dos exemplos por excelência a Argentina - e, no que diz respeito ao gado vivo, pelo aumento da extensão das terras destinadas à pecuária<sup>118</sup>, em direção ao deserto, o interior do país.

Convém aqui lembrarmos um dos pressupostos estudados por Marini que constitui a condição de *dependência*: o processo de deterioração dos termos de troca<sup>119</sup>. Em aparência, a grande oferta de alimentos baratos proporcionada pela Grande Depressão permitiu que, em relações de oferta e procura, os preços desses alimentos fossem deteriorados, contudo, o processo histórico que se segue, de aprofundamento dessa desvalorização não pode ser explicado apenas por esse fator, a priori, e sim através do desenvolvimento histórico dessas condições de *dependência* determinadas, em cada conjuntura e cada formação econômico-social. As pressões de mercado impostas pelo centro imperialista (no caso em que estamos observando, a Inglaterra) em relação aos preços dos bens primários (no caso, alimentos e a carne argentina, em especial) não podem ser explicados apenas através de oferta e procura, afinal “Não é (...) porque produziram além do necessário [nações latino-americanas] que sua posição comercial se deteriorou<sup>120</sup>, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala<sup>121</sup>”. Além disso, como vimos, as imposições da *Eastmans* apresentadas pelo jornal determinam o preço máximo que as empresas argentinas devem

---

<sup>117</sup> Para saber mais sobre a categoria de superexploração do trabalho, que faz parte dos elementos da TMD, ver MARINI. *Dialética da Dependência*. Op. Cit. e OSORIO, Jaime. *El marxismo latinoamericano y la dependencia*. In: Crítica de la economía vulgar. Reproducción del Capital y dependencia. Disponível em: [http://rimd.reduaz.mx/coleccion\\_desarrollo\\_migracion/critica\\_de\\_la\\_economia/Critica8.pdf](http://rimd.reduaz.mx/coleccion_desarrollo_migracion/critica_de_la_economia/Critica8.pdf)

<sup>118</sup> Não é a intenção aqui neste trabalho desdobrarmos mais a análise nesse sentido, mas a conformação da situação de dependência, no caso da formação econômico-social argentina, bem como o estudo de seu desenvolvimento interno e histórico passa certamente pelas análises do papel que a renda da terra apresentará nesse ínterim, o que certamente renderia toda uma vasta pesquisa a parte.

<sup>119</sup> Entendemos esse processo como aquele através do qual os valores dos bens primários das economias dependentes (alimentos e matérias-primas) se desvalorizam em relação aos produtos industriais, que possuem seus valores maquiados pela exclusividade tecnológica que os permite criar (o simples fato de que determinadas nações possam produzir produtos que a outras não lhe é permitido). Se pensarmos o contexto da integração da América Latina ao capitalismo central, principalmente na segunda metade do século XIX e somado a Grande Depressão que fez com que uma oferta muito grande de volume de alimentos fizesse o preço desses produtos reduzir em muito, podemos pensar por outro lado que o aumento dos níveis de produtividade e de capacidade produtiva nas nações industrializadas permitiam, a um só tempo, reduzir o valor real de seus produtos, ao passo em que podiam apresenta-los por preços que, ora se estabilizavam, ora apresentavam pequeno decréscimo. Nesse caso, a deterioração dos termos de troca reflete a depreciação dos bens primários, basicamente.

<sup>120</sup> “O mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim, uma *troca desigual*. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade.” MARINI, R. Op. Cit. p. 145.

<sup>121</sup> Ibidem. p. 143. A isso o autor acrescenta ainda que “negar-se a ver as coisas dessa forma é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que realmente é. Em última instância, isso leva a reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações, quando se trata de suprimir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca”. Idem.

oferecer o produto, e nesse caso, poderíamos nos perguntar por que essas relações comerciais desvantajosas não se traduziam em desestímulo para sua continuidade durante o período. Essa é uma questão cuja resposta passa pela consideração da impossibilidade de alternativa para o desenvolvimento dos países de economia dependente, dentro dos marcos do capitalismo. Isto é, consideramos a economia argentina do período como dentro dos marcos de um *padrão de reprodução de capital primário-exportador*, tal como estudado por Jaime Osório, onde a impulsão de todos os setores da economia nacional vê-se condicionada pela impulsão do setor primário-exportador, ou seja, o negócio da carne. A carne e o trigo, principalmente, constituíam os dois principais eixos de reprodução de capital dentro da economia argentina, sendo que, além disso, o principal comprador era justamente a Inglaterra. Ademais, na esfera da ideologia e dos planos para a nação, como o trabalho de Victor Bulmer-Thomas assinala<sup>122</sup>, nenhuma alternativa estava colocada com peso, além da ideia de progresso e desenvolvimento por meio do incentivo e da especialização no setor primário-exportador.

Em 1909, uma matéria intitulada *Our imports from central and South America* nos mostra claramente o que o centro imperialista esperava dos países latino-americanos. Iniciando com apontamentos sobre uma preocupação que sempre teria ocupado as cabeças pensantes da Grã-Bretanha, “como alimentar os trabalhadores e dá-los emprego”, o(s) escritor(es) do artigo mostram que atualmente a América Latina tem servido a esse propósito<sup>123</sup>, fornecendo alimentos baratos para os trabalhadores ingleses poderem continuar tocando para frente as bases da indústria britânica e servindo como emprego para trabalhadores ingleses e demais europeus, nos momentos em que as condições no centro imperialista não conseguirem dar conta de empregá-los. Existe já uma clara concepção dos papéis dos países dentro da Divisão Internacional do Trabalho. Esses dois aspectos: alimento barato e emprego fazem parte da estrutura principal desse artigo que também nos traz uma tabela que muito bem ilustra o papel das exportações argentinas nesse período. Essa tabela<sup>124</sup> do artigo compara os valores totais de exportação para a Grã-Bretanha vinda dos principais exportadores latino-americanos no intervalo entre 1903 e 1908, e em seguida, uma tabela apenas com as exportações da pecuária: no que diz respeito aos produtos pecuários, a

---

<sup>122</sup> BULMER-THOMAS, V. Op. Cit., p. 46 a 78.

<sup>123</sup> A esse respeito, Marini já afirmava em *Dialética da dependência*, que “A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial.” Ibidem. p. 136.

<sup>124</sup> *Our Imports From Central and South America*. The Economist. 24-jul-1909.

liderança argentina merece muito destaque dos ingleses no fim da década de 1900 afinal, das 6.881.200 milhões de libras importadas da América Latina, 6.691.000 são desse país. Sendo que em 1911, essa posição de importância em relação à carne ainda era somada ao fato de ainda ser uma das maiores economias exportadoras de trigo, rivalizando, nesse momento, no mercado inglês com a Rússia e os Estados Unidos.

No mesmo ano de 1909 podemos citar, com efeito, um artigo<sup>125</sup> publicado na revista britânica da *Royal Statistical Society*, escrito por R. H. Hooker. Este artigo buscava dar conta de uma retrospectiva histórica do mercado internacional inglês para importação de carnes e propor problemas e pontos de atenção que o autor considerava importantes aos ingleses. Este artigo possui a variância de não ter a perspectiva imediatista da escrita do *The Economist*, buscando tanto mais avaliar os rumos do processo histórico de crescente necessidade de importações de carne e, além disso, nos oferece o ponto de vista de outros agentes sociais sobre a carne estrangeira, para além das opiniões do *The Economist*. Apesar dos dados<sup>126</sup> apresentados no artigo, parece-nos observar antes que Hooker buscou demonstrar que as últimas décadas do século XIX, que trouxeram consigo importantes mudanças tecnológicas nos transportes e com as técnicas de congelamento, impuseram um processo “natural e irreversível” de chegada da carne estrangeira e, em 1909, isso já era um fato consumado, restando agora encarar essa realidade e auxiliar com reflexões as empresas compradoras britânicas de modo a ter a atenção certa com os devidos mercados internacionais.

O artigo buscava ainda demonstrar que apesar de os Estados Unidos possuírem na época a maior produção de gado em nível mundial, tratava-se de um caso para se ter grande atenção, uma vez que desde 1901 observava-se que o setor da pecuária vinha diminuindo seus ritmos de crescimento e que homens de negócios do ramo nos EUA estavam a investir lucros da pecuária em outros setores, dando a entender que, em breve, o contingente bovino estadunidense seria superado em volume e condições de venda por outros países. Somava-se a isso também o fato de que esse decréscimo processual das taxas de crescimento estava ocasionando eventuais oscilações nos preços da carne estadunidense, de modo que talvez a opção mais segura se afigurasse na maior atenção nas relações comerciais com Argentina e Oceania. Hooker aponta que, depois dos EUA, certamente a Argentina era a origem mais

---

<sup>125</sup> HOOKER, R. H. *The Meat Supply of the United Kingdom*. In: Journal of the Royal Statistical Society. Vol. 72, n. 2, julho de 1909, p. 304-386.

<sup>126</sup> Muitos dados apresentados por Hooker, justifica o próprio autor, são duvidosos e incertos, uma vez que dependem também de informações de “países não civilizados”, para usar as palavras do autor, e que não possuíam sistemas de censo como o britânico.

importante de carne para se dedicar atenção no momento, e apresentava, de longe, as taxas de crescimento mais significativas no período 1890-1909, sendo, ainda por cima, o segundo maior país do mundo em importância em relação à carne de ovelha, atrás apenas da Austrália (sobre isso, Hooker ainda se referia a década final do século XIX). No que diz respeito especificamente ao bife congelado, Hooker destaca grande atenção ao histórico das importações argentinas ao demonstrar que, além de ser a variedade de carne mais importante para o consumo da classe trabalhadora, ultrapassara novamente, em 1908, o volume de importações dos EUA, tendo a Argentina desde então obtido a liderança mundial nas exportações dessa variedade e a maior fatia do mercado britânico também mais uma vez. Em 1900 as políticas britânicas de restrição de importações de gado vivo - em virtude da possibilidade de doenças - teriam também, segundo Hooker, sido rapidamente assimiladas pelos produtores argentinos que foram ágeis em converter sua produção majoritariamente para a exportação de bife congelado. Importante destacar que, em 1909, conforme os dados de Hooker, o consumo de bife era o maior entre os tipos de carne na Grã-Bretanha, sendo consumido, em quantias gerais, mais do que o dobro da quantidade do segundo maior tipo de carne consumida: a carne de porco (em todas suas variações e qualidades).

O trabalho de Hooker possui como forte característica na escrita uma ideia implícita de neutralidade típica dos trabalhos científicos ingleses do período, contudo, sua concepção sobre a participação dos mercados periféricos para o consumo britânico está permeada em grande parte, assim como o *The Economist*, pela premissa dos papéis específicos dentro da Divisão Internacional do Trabalho. Outros pontos simples compartilhados por Hooker são a inevitabilidade desse processo, dado como “natural”, e a importância em se garantir carne mais barata para a maior parcela da população, e para isso Argentina e Oceania são vistas como ferramentas indispensáveis para a saúde dessa estrutura. Assim também o *The Economist* publicará, em 1911, uma matéria intitulada *Fifty years of foreign trade* onde comenta sobre o último meio século da história do Reino Unido realizando um balanço de cinquenta anos de livre mercado: “Faz cinquenta anos que o comércio pode reger-se conforme suas próprias demandas e está livre da interferência do governo” publicava o jornal, e trazia sequências estatísticas das importações e exportações durante o período chegando à conclusão de que as livres demandas do mercado haviam permitido o desenvolvimento da “vocação natural da Inglaterra” orientada para a indústria e o comércio internacional. E isso se demonstrava pelos maiores volumes de exportação (manufaturados) e importação (matérias-primas e alimentos).

Ainda parece digno de destaque uma sessão de correspondentes na Argentina, de 1913, na qual, entre diversos pontos sobre a política econômica argentina, o jornal menciona um caso onde as cinco maiores empresas do ramo da carne no país, chamadas pelo próprio *The Economist* de “anglo-argentinas”, apresentavam reclamação conjunta contra o estabelecimento de duas empresas estadunidenses, a “La Blanca” e a “La Plata Cold Storage”. Diante de uma possível concorrência que poderia aumentar o preço do gado vivo, essas cinco empresas solicitaram junto ao governo, conforme informa o *The Economist*, o monopólio do negócio da carne congelada, barrando as empresas estadunidenses, a fim de impedir prejuízos maiores para o produto, carro chefe da economia nacional. Na ocasião, o governo, segundo o jornal, após ouvir os dois lados, chegou à conclusão de que não havia provas de trustes ilícitos ou outras atividades que pudessem ser consideradas nocivas por parte das empresas estadunidenses. Interessante notar que a própria opinião no jornal, embora partidário do livre comércio, dessa vez apontará para os perigos desta “negligencia” que, poderia, nos próximos meses, “representar um perigoso aumento no preço do bife congelado argentino que chega aos portos britânicos<sup>127</sup>”.

---

<sup>127</sup> Argentina, *The Economist*, 19-07-1913.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história econômica latino-americana, embora com excelentes trabalhos produzidos durante os séculos XX e XXI, ainda carece de um enraizamento de agenda de pesquisa que busque integrar o sentido do nosso desenvolvimento e seus problemas com a dinâmica do capitalismo mundial, tanto mais no que se refere à visibilidade e às potencialidades da operação da categoria *dependência*. No caso da história econômica e social argentina e da TMD, buscamos lançar reflexões aqui sobre como a análise a partir do *padrão primário [agromineiro] exportador* oferecido por contribuições de Osório e Luce, pode ajudar a esclarecer não só as condições de crescimento como de esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado pela Argentina durante o período que Díaz Alejandro e Lenz trataram como a *Béle Epóque*.

Recorrendo a bibliografias de apoio buscamos demonstrar como, entre os itens de consumo da classe trabalhadora inglesa, a carne teve papel importante e destacado no processo pensado por Marx que criava novas formas de acumulação e reprodução capitalista, com a passagem da mais-valia absoluta à relativa. Como vimos, a introdução da carne congelada argentina fez diferença, principalmente, para os níveis de consumo da classe trabalhadora, dado não apenas o preço barato desse alimento, como também por suas características físicas, como a possibilidade da compra em menores porções, diferentemente da carne vendida “no osso”. Assim, a carne congelada podia ser comprada em pequenas porções que cabiam no orçamento semanal da classe trabalhadora. Como afirmou John Huttman, em 1900, o salário semanal de uma família trabalhadora era destinado em torno de 20% para gastos com carne, e o principal tipo será o bife congelado. Se como exposto, a carne importada, entre a metade do século XIX e o ano de 1900 decresceu em valor para em torno de 25% do que custava, isso certamente teve grande influência na diminuição do custo dos bens de consumo básico. Além disso, se tivermos atenção dentro desse período e recordarmos que, conforme colocado na introdução, não houve melhorias significativas no padrão de consumo até as décadas de 1870 e 1880, certamente essa grande entrada de carne estrangeira a preços cada vez menores teve um papel crucial como uma das determinações da queda do valor da força de trabalho da Grã-Bretanha como um todo, bem como impactos consideráveis no padrão de vida inglês. Conforme os debates sobre o padrão de vida levados a cabo principalmente pelos historiadores Eric Hobsbawm e E. P. Thompson, buscamos expor como

o problema da melhora ou piora das condições dessa classe passam pela consideração, trazida principalmente por Thompson, tanto de elementos econômicos como sociais e culturais, através dos sistemas de valoração dos gostos e costumes das pessoas. Com isso, buscamos mostrar que a melhora das condições de vida apontadas principalmente por Hobsbawm e Huttman para o período do fim do século XIX e primeira década do XX estiveram ligadas em muito a oferta de carne a preços mais acessíveis e a sua reintegração a dieta da classe, depois de muitos anos de relativa escassez desse alimento na mesa da população mais pobre. Nesse sentido, a demonstração do peso da carne argentina no mercado do centro capitalista corrobora com a conclusão de seu papel fundamental tanto no que diz respeito ao padrão de vida como em relação à redução do valor da força de trabalho em dada conjuntura.

No que diz respeito ao processo de inserção da carne argentina, a análise dos artigos do *The Economist* buscou demonstrar 1) que a introdução de alimentos estrangeiros estava em conformidade com os ideais do liberalismo expresso pelo periódico e a necessidade de atuar na propaganda dessa inserção; 2) em nível de abstração menor<sup>128</sup> em relação às bases da TMD, como as determinações estruturais concebidas na forma da *deterioração dos termos de troca* teorizadas por Marini se expressaram, a partir de alguns casos, no campo das relações entre empresas do ramo da carne congelada, pressionando por preços de mercado estipulados pela ponta britânica do negócio; 3) como essa necessidade de propaganda por parte do *The Economist* pode indicar pistas sobre às resistências que possivelmente existiram nos momentos iniciais de inserção da carne estrangeira, bem como que parcelas da população potencialmente podem ter sido agentes dessa recusa e/ou estranhamento. Ainda sobre esse ponto, é possível concluir que a resistência à inserção da carne estrangeira possivelmente não tenha vindo fundamentalmente da classe trabalhadora, uma vez que esta teria mais motivos para interpretar essa nova disponibilidade de carne como algo positivo. Aí reside um das principais contradições do desenvolvimento capitalista do período, com a passagem da mais-valia absoluta para a relativa, aumentasse a taxa de mais valia sobre o valor trabalho em relação às mercadorias produzidas, ao mesmo passo em que se permite uma “melhora” das condições e padrões de consumo da classe trabalhadora. Contudo, a valorização dos produtos industriais, como salientamos, ocorre dentro dos parâmetros da exclusividade da produção por

---

<sup>128</sup> Concebemos o processo de abstração dentro de diferentes níveis na teoria marxista, onde uns são mais abstratos, outros mais concretos, com categorias próprias a cada nível de análise, os quais buscam dar conta de problemas de reflexão específicos. “Quanto maior a concretude, mais variada se torna a realidade e, devido à fetichização dominante, com uma elevada capacidade de ocultar as relações sociais que a constituem”. Ver OSÓRIO, J. Op. Cit., p. 38.

alguns países e da divisão internacional do trabalho, o que constituirá, em perspectiva comparada com as exportações de bens primários, alimentos e matérias-primas, no que Marini caracterizou como o *segredo da troca desigual*, deslocando para o campo das economias dependentes a tarefa praticamente compulsória de participar desses mecanismos de transferência de capital desvantajosos.

Com isso, uma forma de capitalismo diferente surge nas economias dependentes. Uma forma que, ainda sendo propriamente capitalismo *sui generis*, não deixa de ter suas particularidades importantes que diferenciam suas formas de desenvolvimento e estruturação das do capitalismo central, e nesse sentido, um dos elementos que caracterizam, em geral, essa forma diferenciada, passa pela categoria de *superexploração da força de trabalho*, formulada por Marini. Com isso em mente ressaltamos a velha premissa de que o capitalismo não elimina suas contradições, e sim, às desloca para outras regiões, a periferia, no caso, a América Latina, em suas formações econômico-sociais dependentes.

Partindo da hipótese de que a carne teria tido grande importância dentro do padrão de crescimento argentino pautado pelas exportações, este trabalho buscou analisar como e porque esse processo ocorreu, bem como suas implicações na estrutura social e nas condições de vida dos trabalhadores britânicos. Para isso, foi aliada a pesquisa em história econômica internacional à história social a fim de buscar dar conta dos problemas que o objeto da interrogação requeria. Assim, no decorrer do processo de pesquisa foram consultadas bibliografias sobre história econômica e sobre história social, dados estatísticos, o acervo do *The Economist* e o relatório de R. H. Hooker como fontes primárias, além de outras documentações e referências trazidas através de autores. A estrutura da exposição da pesquisa buscou dar conta de apresentar primeiro o andamento da produção sobre o período estudado para o caso argentino, e depois seus desdobramentos dentro de seu principal mercado consumidor. Assim espera-se contribuir na construção do conhecimento do desenvolvimento histórico-econômico do continente latino-americano, de modo a integrar a análise não apenas ao contexto maior dos imperialismos e da divisão internacional do trabalho como a contribuição de áreas diferentes da pesquisa histórica que podem corroborar com essa problemática.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes:

Arquivo Histórico do Periódico *The Economist*. Arquivo Online disponível no sítio da internet: <http://find.galegroup.com/econ/start.do?econStoreUser=true> (acesso restrito).

### Bibliografia:

ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERI, Ivanor Luis. *A utilização da imprensa escrita para a escrita da história: diálogos contemporâneos*. Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, vol.1, n.2, 2007. In: <http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/issue/view/14>.

BAMBIRRA, Vânia. *La Revolucion Cubana: una reinterpretacion*. México, D.F: Nuestro tempo, 1974.

\_\_\_\_\_. *O Capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012.

BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. *Historia del Agro Argentino, desde la conquista hasta conquista hasta comienzos del siglo XXI*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

BETHELL, Leslie. (org.). *História da América Latina. De 1870 a 1930*. São Paulo/Brasília: EDUSP/Funag, 2009.

BIELSCHOWSKY, R. (org.) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BULMER-THOMAS, Victor. *La historia económica de América Latina desde la independencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

CORTÉS CONDE, Roberto. Las vicisitudes de una economía exportadora. Argentina, 1875-1930. In: CÁRDENAS, Enrique; OCAMPO, José Antonio; THORP, Rosemary (orgs.). *La era de las exportaciones latinoamericanas. De fines del siglo XIX a principios del XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

CRITCHELL, James; RAYMOND, Joseph. *A history of frozen meat trade*. London: Constable&Company, 1912.

CUEVA, Agustín. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia. In: *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de latino-americana*. Antología. Bogotá: CLACSO, 2008.

DÍAZ ALEJANDRO, Carlos Federico. *Essays on the economic history of the Argentina Republic*. New Haven: Yale University, 1970.

FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

FERRER, Aldo. *A Economia Argentina*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2006.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *História Econômica*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FRANK, Andre Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento. Repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. *El desarrollo del subdesarrollo. Dependencia, clase y política em Latinoamérica*. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1973.

FURTADO, Celso. *A Economia Latino-Americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Nacional, 1959.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Nacional, 1963.

GOROSTIAGA, Xavier. Los centros financieros internacionales en los países subdesarrollados. In: FAJNZYLBBER, Fernando (org.). *Industrialización y internacionalización en la América Latina*. México: Fondo Cultura Económica, 1980.

HALPERIN-DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. *Da Revolução Industrial ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores: estudos sobre o a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOOKER, R. H. *The Meat Supply of the United Kingdom*. Journal of the Royal Statistical Society. Vol. 72, n. 2, julho de 1909, p. 304-386. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2340221> (Acesso em 25/07/2014).

HUTTMAN, John. *Meat Imports in the Free-trade Era*. Agricultural History, Vol. 52, Nº 2, 1978, pp. 247-262. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3742922> (Acesso em 25/07/2014).

KOSIK, Karel. *Dialética da Totalidade Concreta* In: *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LENIN, Vladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1985.

LENZ, Maria Heloísa. *Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 2004.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História da América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos, e por meio dos periódicos*. IN: PINSKY, C. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCE, Mathias Seibel. *História Econômica da Dependência Latino-Americana: o aporte da Teoria Marxista da Dependência*. In: V Jornadas Uruguaias de Historia Económica. Montevideo: Asociación Uruguaya de Historia Económica, 2011.

LUKÁCS, G. O que é o marxismo ortodoxo? In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

MARICHAL, Carlos (org.). *las inversiones extranjeras em América Latina. 1850-1930. Nuevos debates y problemas em historia económica comparadas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

\_\_\_\_\_. *Historia de la deuda externa de América Latina*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência* (1973) In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.

MUSTO, Marcello. *Trabalhadores: Uni-vos! Antologia política da I internacional*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério. (orgs.) *Nova História em perspectiva: propostas e desdobramentos* (vol.1). São Paulo: Cosac Naif, 2011.

\_\_\_\_\_. (orgs.) *Nova História em perspectiva: debates* (vol.2). São Paulo: CosacNaif, 2013.

PERREN, Richard. *The Meat Trade in Britain, 1840-1914*. London, Henley e Boston: Routledge & Kegan Paul, 1978.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POZO, José del. *História da América Latina e do Caribe: dos processos de Independência aos dias atuais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

PREBISCH, Raúl. *A dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. [s.l.]: Fondo de Cultura, 1963.

RAPPOPORT, Mario. *Historia económica, política y social de la Argentina, 1880-2003*. Buenos Aires: Emecé, 2012.

RODRIGUEZ, Octavio. *El estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SÁBATO, Hilda. *Capitalismo y ganadería en Buenos Aires: la febre del lanar 1850-1890*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1989.

SANTOS, Theotonio dos. *Economia política da dependência*. In: Democracia e socialismo no capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_. *Imperialismo y Dependência*. Guarenas: Fundação Biblioteca Ayacucho, 2011.

SILVA, Nauber Gavski. *O que é padrão de vida: definição de um objeto para a historiografia do trabalho*. Revista Latino-Americana de História. Vol. 1, n.º3, março de 2012.

SOURROUILLE, Juan. La presencia y el comportamiento de las empresas extranjeras en el sector industrial argentino. In: FAJNZYLBER, Fernando (org.). *Industrialización y internacionalización en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. *Padrões e experiências*. In: A Formação da Classe Operária Inglesa II: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THORP, Rosemary. *Progresso, pobreza e exclusão: uma história econômica da América Latina no século XX*. Washington: BID; União Europeia, 2000.

TIRRE, Emilce. *La inserción de la Argentina em la economía mundial: desde la organización de la lana hasta la Segunda Guerra Mundial*. Buenos Aires: Editorial Economizarte, 2000.



TREBER, Salvador. *La economía argentina: análisis, diagnóstico y alternativas*.  
Buenos Aires: Macchi, 1977.